



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO MINISTRO DO TRABALHO,
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

PARA CONHECIMENTO
Gabinete de Estratégia e Planeamento

-00343 18-02-06

Exm.º Senhor
Inspetor-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Av. Elias Garcia, n.º 12 - 7.º
1049 - 042 LISBOA

*V. Ex.ª.
Cópia IG, SIC e COT.
Após, arquivar em
festa própria e divulgar na
pág. RA de 2015 e 2016 no
site da IG.
08.02.2018*

*Paulo Jorge Carvalho de Brito
Inspetor - Geral*

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA
ENT.: 8472/MTSSS/2017
PROC. Nº: 374/2013/831

DATA

ASSUNTO: IGMTSSS - INSPEÇÃO GERAL DO MTSSS - RELATÓRIOS DE ATIVIDADE DE 2015 E 2016 - HOMOLOGAÇÃO

Encarrega-me o Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de comunicar a V. Ex.ª, o despacho de homologação de 21 de dezembro de 2017, exarado nos Relatórios mencionados em epígrafe, cujo teor se transcreve, e dos quais se junta cópia das capas de rosto dos referidos Relatórios:

“Homologo.
21.12.2017
a) José Vieira da Silva”

Com os melhores cumprimentos.

A CHEFE DO GABINETE

Sandra Ribeiro
(Sandra Ribeiro)

... / JL

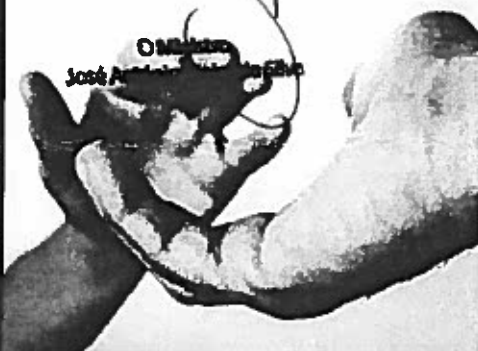


INSPEÇÃO-GERAL

DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Handwritten signature and date: 21/10/2015



Abril de 2016



INSPEÇÃO-GERAL

DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015



Abril de 2016



ÍNDICE

I. Nota Introdutória.....	2
II. Autoavaliação.....	4
II.1. Resultados alcançados e desvios verificados	4
II.1.1. Resultados Alcançados	4
II.1.2. Afetação de Recursos	6
II.2. Apreciação, pelos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados	9
II.3. Avaliação do sistema de controlo interno	11
II.4. Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes	15
II.5. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho da IG.....	17
II.6. Comparação com o desempenho de serviços idênticos.....	18
II.7. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores.....	18
II.8. Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no PA, com indicação dos resultados	20
II.8.1. Indicadores Gerais	20
II.8.2. Atividade Planeada.....	24
II.8.3. Atividade não Prevista	25
II.8.4. Publicidade Institucional	26
II.8.5. Programa de Responsabilidade Social	26
III. Balanço Social.....	27
IV. Avaliação Final.....	30
V. ANEXOS.....	31



I. Nota Introdutória

A Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (IGMTSSS) durante o ano de 2015 alcançou resultados que evidenciam que as metas fixadas referentes aos objetivos operacionais foram plenamente atingidas, no quadro dos objetivos estratégicos definidos, tendo, assim, contribuído positivamente para os desafios que se colocavam a Portugal em matéria de consolidação orçamental e sustentabilidade das finanças públicas.

O ano de 2015 inseriu-se no 1º ano do novo ciclo (2015-2017) de definição das linhas estratégicas de planeamento do Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado, tendo-se desenvolvido e concluído ações especificamente nesse âmbito.

Desenvolveram-se, designadamente, auditorias inerentes ao controlo técnico da atuação dos organismos, à concessão de apoios financeiros pela Segurança Social, à prestação do Complemento Solidário para Idosos, no domínio das pensões e ainda no âmbito do artigo 62º da Lei de Enquadramento Orçamental, junto de Centros Protocolares de Formação Profissional. Cumpre ainda referir a realização de 5 ações, de natureza reativa, determinadas superiormente.

Saliente-se que dos processos de auditoria concluídos em 2015 foram apurados montantes incorretamente pagos a beneficiários de apoios públicos e trabalhadores que ascenderam a cerca de 5,1 milhões de euros, relevando-se que numa ação em concreto foi possível recuperar, com entrada efetiva nos cofres do Estado, 4,2 milhões de euros.

No ano de 2015 revelou-se necessário repor a capacidade operativa da IGMTSSS pelo que foi desenvolvido um procedimento concursal que culminou com o ingresso de 5 novos inspetores.

A dinâmica e o empenho dos trabalhadores durante o ano permitiu que fossem alcançados todos os objetivos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

Em 2015 foram trabalhados 95 processos dos quais 25,3% correspondem a atuações de 2015, sendo que se procedeu ao arquivamento de 24 processos.



O presente relatório foi elaborado de acordo com as diretrizes definidas e divulgadas pelas entidades competentes (Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços e Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social).



II. Autoavaliação

II.1. Resultados alcançados e desvios verificados

II.1.1. Resultados Alcançados

A análise do Quadro de Avaliação e Responsabilização de 2015 da Inspeção-Geral (IG) demonstra que os objetivos definidos e superiormente aprovados pela tutela foram atingidos (quatro superados), face aos indicadores e às metas estabelecidas, tendo alcançado, com apuramento efetuado a 31 de dezembro de 2015, o valor de **110,06** pontos, correspondente à menção qualitativa de *Desempenho Bom*, conforme Anexo I.

Os dois objetivos de **Eficácia** previstos apresentam um valor global de **115,8%**, estando maioritariamente relacionados com a atividade planeada da IG.

O **primeiro objetivo de eficácia** (Auditar sistemas e procedimentos de controlo interno de serviços/organismos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)) foi atingido decorrente da realização de 14 auditorias face a uma meta estabelecida de 14. O **segundo objetivo de eficácia** (Assegurar a monitorização da adoção das recomendações formuladas) foi superado em 31,5%, em resultado do continuado compromisso de acompanhar, ao longo do ano, a implementação, pelas entidades, das recomendações formuladas pela Inspeção-Geral nos seus relatórios.

Relativamente aos objetivos de eficácia, cumpre relevar os resultados alcançados não obstante a realização de 5 ações de natureza reativa, determinadas superiormente, e os constrangimentos decorrentes da ausência de 2 inspetores por motivos de saúde (um dos quais entretanto aposentado) e das dificuldades e complexidade na realização de algumas auditorias, evidenciando, assim, o significativo empenho dos trabalhadores afetos ao Centro de Competências de Inspeção. Saliente-se ainda que a superação do segundo objetivo implicou que os inspetores e respetivos chefes analisassem em tempo útil os elementos que eram reportados pelas entidades e os demais trabalhadores da área efetuassem um controlo de prazos dos processos rigoroso tendo em vista a sua apresentação tempestiva para despacho.



No que se refere ao objetivo de **Eficiência** (minimizar os tempos despendidos na elaboração dos relatórios provisórios pelas equipas inspetivas, nas ações do Plano de Atividades de 2015 da IG) a taxa de realização foi de **100,7%**. A meta estabelecida era que os tempos gastos na elaboração e revisão dos relatórios pudessem ultrapassar em +35% o tempo definido nos Planos de Ação, tendo-se atingido um resultado de +34%.

Não obstante ter sido um ano de realização de algumas ações envolvendo um grau de complexidade acentuado, implicando processos de revisão de relatórios extensos, foi possível ultrapassar ligeiramente a meta estabelecida.

Saliente-se que para o valor alcançado contribuiu de forma significativa o facto de haver 3 ações no domínio do controlo técnico da atuação dos organismos do MTSSS, especificamente, ao Complemento Solidário para Idosos, e 2 ações no âmbito do controlo da aplicação dos dinheiros públicos designadamente, aos sistema e procedimentos de controlo interno das operações de execução do orçamento (artigo 62º da Lei de Enquadramento Orçamental) que tiveram a mesma coordenação e utilizaram metodologias comuns na sua realização, tendo-se obtido sinergias positivas com ganhos no tempo de execução e revisão dos relatórios.

Os dois objetivos de **Qualidade** estabelecidos apresentam um valor global de **109,0%**, sendo de realçar que relativamente ao primeiro objetivo (garantir a aceitação, pelos organismos auditados, das recomendações formuladas), 93,8% das recomendações efetuadas, no decurso das auditorias concluídas em 2015, foram aceites pelos organismos/serviços auditados, o que representa uma taxa de realização de **104,2%**.

Desde 2008 que este objetivo foi sendo fixado, progressivamente, de forma mais ambiciosa (desde 70% em 2008 até 90% em 2015, com um valor crítico de 100%), traduzindo a exigência colocada no aumento da qualidade da intervenção da Inspeção-Geral.

O segundo objetivo (assegurar a valorização profissional dos recursos humanos) decorre da Resolução do Conselho de Ministros nº 89/2010, tendo-se atingido um resultado de 75,6% face à meta fixada de 65%. O resultado alcançado representa uma superação do objetivo em 16,3% e justifica-se, essencialmente, pelo facto de ter sido adotada uma política potenciadora da participação generalizada e diversificada em ações de formação. Assim, 75,6% dos trabalhadores em funções na Inspeção-Geral participaram ao longo do ano em ações de formação.



II.1.2. Afetação de Recursos

Ao nível dos recursos humanos, o valor executado de 487 pontos representa cerca de 95% do planeado (511 pontos), sendo que a origem do desvio negativo de 24 pontos reside, essencialmente, nas carreiras de assistente técnico e técnico superior. Neste âmbito, refira-se que na carreira de assistente técnico o desvio (-21 pontos) decorre, designadamente, da ausência de uma trabalhadora durante todo o ano, por doença e aposentação.

Na carreira de técnico superior está em causa a ausência de 1 trabalhadora por licença de maternidade. Não obstante verificar-se que na carreira inspetiva o volume de trabalho executado atingiu o planeado (276 pontos), uma análise aprofundada permite constatar:

- A ausência em cerca de metade do ano de uma inspetora, por doença;
- A ausência em praticamente na totalidade do ano de um inspetora, por doença e posterior aposentação;
- O regresso no dia 01.11.2015 de 2 inspetoras em mobilidade;
- O ingresso de 5 novos inspetores, para estágio, no dia 01.11.2015.

Note-se que a leitura destes dados evidencia um significativo esforço dos trabalhadores da carreira inspetiva tendo em vista alcançar os objetivos e metas do QUAR e do Plano de Atividades de 2015. Estes dados significam que os objetivos e metas estabelecidas, associados às auditorias previstas realizar, foram alcançados com um número inferior de inspetores.

Acresce que foram desenvolvidos em 2015 todos os procedimentos relativos ao procedimento concursal para ingresso de novos inspetores e durante o período de 16 de novembro e 18 de dezembro foi realizado o curso de formação específico que envolveu 130 horas de formação das quais 80 horas foram asseguradas por dirigentes, chefes e inspetores da IGMTSSS.

Ao nível financeiro, a IG dispôs, em 2015, de um orçamento disponível de 2.200.330 € (face a 2.007.203 € em 2014), financiado em 91,1% pelo Orçamento da Segurança Social e em 8,9% pelo Orçamento do Estado (OE), conforme quadro *infra*.

Quadro 1 - Orçamento por Fonte de Financiamento (2012-2015)

Fonte de Financiamento	2012		2013		2014		2015	
	Valor (a)	%	Valor (a)	%	Valor (a)	%	Valor (a)	%
OSS	1.767.959	87,9	2.022.899	89,2	1.818.854	90,6	2.003.880	91,1
OE	244.222	12,1	245.424	10,8	188.349	9,4	196.450	8,9
PIDDAC	0	0	0		0		0	
SUBTOTAL	2.012.181	100	2.268.323	100	2.007.203	100	2.200.330	100
Transição Saldo	7.340		26.863		0		0	
TOTAL	2.019.521		2.295.186		2.007.203		2.200.330	

(a) - Dotações Disponíveis

Saliente-se que o orçamento disponível em 2015 representa um acréscimo de cerca de 9,6% face ao montante de 2014.

A taxa de realização do Orçamento situou-se nos 89,1%, sendo que as taxas de realização do Orçamento de Estado e do Orçamento da Segurança Social se situaram, respetivamente, nos 97,2% e nos 88,3%.

Quadro 2 - Recursos Financeiros (2015)

Orçamento	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Dotação Disponível	Pagamentos*	Taxa de Execução
OSS	2.025.300	2.059.343	2.003.880	1.769.857	88,3%
OE	197.562	197.562	196.450	191.034	97,2%
TOTAL	2.222.862	2.256.905	2.200.330	1.960.891	89,1%

* extraídas as reposições abatidas aos pagamentos

O quadro seguinte evidencia a evolução da despesa:

Quadro 3 - Evolução da despesa de 2014 a 2015, por classificação económica

Classificação Económica da Despesa	2014	2015		Variação %
	Valor	Valor	Peso %	2014/2015
Despesas de Pessoal	1.716.081	1.721.124	87,8	+2,9%
-Remunerações Certas e Permanentes	1.346.549	1.354.560	69,1	+5,9%
-Abonos Variáveis e Eventuais	28.712	32.899	1,7	+14,6%
-Segurança Social	340.820	333.665	17,0	-2,1%
Aquisição de Bens e Serviços	230.530	239.767	12,2	+4,0%
-Aquisição de Bens	5.549	3.691	0,2	-33,5%
-Aquisição de Serviços	224.981	236.076	12,0	+4,9%
Aquisição de Bens Capital	16.446	0	0,0	-
Total	1.963.057	1.960.891		-0,1%

A leitura do quadro permite constatar que o volume total de despesa de 2015 é praticamente sobreponível com o de 2014, evidenciando, ainda assim, um ligeiro decréscimo (-0,1%) decorrente do facto dos aumentos verificados terem sido compensados pela inexistência de gastos ao nível da aquisição de bens de capital.

No que respeita à estrutura dos encargos, as despesas com pessoal constituem a rubrica mais expressiva (87,8%), justificando-se a sua variação positiva (2,9%) pela conjugação de vários fatores decorrentes da movimentação ocorrida no domínio dos recursos humanos, com especial relevo para a saída de 3 trabalhadores por aposentação, para a reposição da capacidade operacional da Inspeção-Geral com o ingresso de 5 novos inspetores para estágio e para o regresso de 2 inspetoras (estas duas últimas situações com efeitos a 01.11.2015). Acresce que o ano de 2015 foi o primeiro em que não houve contribuições das entidades patronais para a ADSE o que gerou uma poupança, no caso da IGMTSSS, de 16.041 € relativamente a 2014.

Das variações verificadas ao nível das rubricas orçamentais salientam-se:

- Pessoal dos quadros (+0,9%, passou de 1.077.821€ para 1.087.517€);



- Parentalidade (+377%, passou de 2.534€ para 12.087€);
- Indemnização por cessação de funções (atingiu 5.854€ face a 0€ em 2014);
- Contribuição da entidade patronal para a ADSE (passou de 16.041€ em 2014 para 0€);
- Subsídios de férias (-7,4%, passou de 96.235€ para 89.113€).

As despesas com a aquisição de bens e serviços tiveram um acréscimo de 4,0% (+9.237€), com a aquisição de bens a diminuir 33,5% (passou de 5.549€ para 3.691€) e as despesas com aquisição de serviços a crescer 12% (+11.095€, passou de 224.981€ para 236.076€).

Ao nível da aquisição de bens releva-se a significativa redução dos encargos com combustíveis e lubrificantes (-54,6%, passou de 4.355€ para 1.977€ em 2014) em resultado da menor utilização dos veículos afetos à Inspeção-Geral.

No domínio da aquisição de serviços, o acréscimo verificado está essencialmente associado às consequências decorrentes da atualização da renda do edifício sede da Inspeção-Geral, a partir de maio de 2015, por força do estabelecido no Novo Regime do Arrendamento Urbano e da alteração ao Regime das Ajudas de Custo e Transporte efetivado pela Lei do Orçamento do Estado para 2015 que introduziu a possibilidade do trabalhador optar, quando deslocado, pelo pagamento do alojamento em Hotel até três estrelas:

- Locação de edifícios (+7,7%, passou de 88.541€ para 95.365€);
- Deslocações e estadas (+106,7%, passou de 15.172€ para 31.358€).

Em geral, os dados orçamentais evidenciam a prossecução de uma gestão extremamente rigorosa e parcimoniosa dos dinheiros públicos disponíveis, realizando-se apenas as despesas estritamente indispensáveis ao desenvolvimento das atribuições da Inspeção-Geral.

II.2. Apreciação, pelos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados

Neste ponto não há nada a acrescentar ao que foi referido no Relatório de Atividades de 2014 pelo que de seguida serão reproduzidas, com o ajustamento necessário, as asserções então efetuadas.



Considerando a missão e as atribuições cometidas à Inspeção-Geral, assim como os seus objetivos, a sua atividade encerra especificidades que não são compatíveis com os questionários tipo existentes e divulgados para utilização na aferição deste aspeto no âmbito da autoavaliação. O questionário tipo está exclusivamente direcionado para entidades que têm serviços de atendimento ao público, o que não é o caso da IGMTSSS e das demais Inspeções-Gerais.

Acresce que os principais clientes da atividade desenvolvida pela Inspeção-Geral são os Membros do Governo do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e as entidades auditadas, não se entendendo adequado realizar questionários de satisfação junto dos mesmos.

Face a estes constrangimentos, nos anos de 2009, 2010 e 2011, considerou-se que a aferição do nível de apreciação dos serviços prestados fosse efetuada, nomeadamente, através do grau de aceitação, pelos organismos auditados, das recomendações da IGMTSSS, constituindo uma forma de objetivar a qualidade da intervenção da Inspeção-Geral.

No entanto, esta solução, em sede de parecer sobre as autoavaliações de 2009, 2010 e 2011, não foi sancionada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) que então referiu:

- "...procurar-se-á, junto dos restantes GEP/GPEARl encontrar uma forma de obter um indicador uniforme e conveniente." (2009);
- "...o GEP, ao longo das reuniões do GT do CCAS, foi levantando essa questão, sobretudo junto dos representantes do Ministério das Finanças. No entanto, até à data não se conseguiu obter a informação pretendida, tal como em relação a outras questões. Aguarda-se, por isso, que ao longo dos trabalhos que se encontram programados iniciar no final do 3º trimestre, relativamente à revisão da Matriz de Excelência, se proceda a uma clarificação de vários critérios, entre os quais se encontra o da dificuldade de adaptação do questionário de avaliação dos utilizadores." (2010 e 2011).

No que se refere ao ano de 2012, 2013 e 2014 o GEP não acrescenta argumentos aos já por si apresentados e atrás expostos.

A Inspeção-Geral continua a entender que a solução adotada entre 2009 e 2013, face às características da sua intervenção, é uma alternativa viável. Note-se que esta aferição é



realizada em sede de contraditório, isto é, no momento em que se analisa as observações que foram efetuadas pelos organismos auditados no âmbito do Princípio do Contraditório.

Assim, conforme referido anteriormente, durante o ano de 2015, os organismos auditados aceitaram e concordaram em implementar 93,8% das recomendações formuladas pela IG, o que apenas pode refletir um elevado nível de satisfação com os serviços da Inspeção-Geral (Anexo II).

A IGMTSSS, apesar de não incluir na sua orgânica qualquer função de atendimento ao público, possui um formulário na sua página eletrónica para apresentação de queixas/denúncias/reclamações/participações, bem como um endereço de correio eletrónico à disposição dos cidadãos.

No que a estes meios de comunicação diz respeito, a totalidade das situações expostas em 2015 e recebidas na IGMTSSS, no total de 692, tiveram como objeto a atuação/intervenção de outros serviços/organismos, bem como matérias cuja atuação/intervenção de primeira linha se encontra legalmente atribuída a outras entidades, sendo que a Inspeção-Geral não foi visada em nenhuma das exposições recebidas.

Consequentemente, as situações identificadas foram encaminhadas para os organismos/serviços competentes, sem prejuízo da IGMTSSS ter continuado a acompanhar as diligências por estes realizadas e os resultados alcançados, nas situações que o justificaram.

No Livro de Reclamações da Inspeção-Geral, em 2015, não foram registadas quaisquer ocorrências.

II.3. Avaliação do sistema de controlo interno

A avaliação do sistema de controlo interno da IGMTSSS teve por base:

- O questionário que, para o efeito, foi disponibilizado no Guião sobre Monitorização e autoavaliação SIADAP1/QUAR, 3ª versão, setembro de 2010 (Anexo III);



- Os termos de referência e os questionários¹ utilizados nas auditorias realizadas no âmbito do artigo 62º da Lei de Enquadramento Orçamental no quadro de funcionamento do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCI) (Anexo IV);

A IGMTSSS é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, dispendo, em 2015, para a realização, contabilização e pagamento das despesas dos sistemas aplicativos desenvolvidos no âmbito do Ministério das Finanças (GeRFiP, abrangendo os domínios de gestão contabilística e de recursos financeiros, estando subjacente a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública e SRH).

A partir de fevereiro de 2014, as atribuições da então Inspeção-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social nos domínios dos recursos humanos, formação profissional nas matérias transversais, negociação e aquisição de bens e serviços, financeiro e patrimonial foram integradas na Secretaria-Geral do Ministério, em cumprimento do estabelecido na alínea a) do art.º 30º do Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro².

Esta alteração de competências suscitou a definição e implementação de mecanismos de articulação com a Secretaria-Geral para o exercício adequado das atribuições, que foram consubstanciados num Acordo de Cooperação subscrito por ambos os organismos.

A atividade inspetiva da IGMTSSS encontra-se padronizada e normalizada, suportada num Manual de Procedimentos designado "Manual de Procedimentos da Atividade de Missão" que compreende todas as fases das ações (abertura, planeamento, execução, relatório provisório, contraditório, relatório definitivo, encaminhamento do relatório, acompanhamento e encerramento). Acrescem, nos domínios da padronização e normalização, os princípios e normas internacionais de auditoria, entre as quais se incluem as relativas à ética e à conduta e o manual de procedimentos para a auditoria desenvolvido no âmbito do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado.

A Inspeção-Geral tem uma estrutura matricial que inclui um Centro de Competências de Inspeção (CCI) e uma Área Técnica e de Suporte. O CCI era constituído em 2015 por três Equipas Multidisciplinares, tendo sido atribuídas às respetivas chefias competências de

¹ De acordo com a metodologia utilizada pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), compreendendo, quanto ao controlo interno, os seguintes cinco componentes - Ambiente de Controlo; Avaliação do Risco; Sistemas de Informação; Atividades de Controlo; Monitorização dos Controlos.

² Lei orgânica do então Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.



coordenação operacional das mesmas, bem como de gestão da assiduidade, da pontualidade, faltas, férias e de avaliação do desempenho dos elementos da sua Equipa.

O sistema de controlo interno vigente na IGMTSSS caracteriza-se pelos seguintes aspetos:

1. Ambiente de Controlo

- Estabeleceram-se contactos regulares (reuniões mensais e contactos informais) entre a Direção e os Chefes de Equipa Multidisciplinares e realizaram-se reuniões semanais dos Chefes de Equipa;
- Existem manuais de conduta e de ética e procedimentos;
- O planeamento da atividade encontra-se subordinado e é realizado de acordo com as linhas definidas em documentos de orientação estratégica;
- São solicitados contributos aos funcionários para o planeamento da atividade, o qual cumpre os requisitos legais.

2. Estrutura organizacional

- A estrutura organizacional obedece ao definido no diploma orgânico;
- Existem despachos de delegação de competências, nomeadamente no que se refere à realização de despesas, à gestão financeira e patrimonial e à gestão de pessoal;
- Foram disponibilizadas e realizadas diversas ações de formação, quer por iniciativa do trabalhador (autoformação), quer promovidas pela Inspeção-Geral.

3. Atividades e procedimentos de controlo financeiro e administrativo implementados

- O diploma orgânico encontrava-se integralmente regulamentado, estando refletido no organograma da IGMTSSS (Anexo V);
- Reconhecem-se e estão formalizados os fluxos de informação e comunicação através do recurso a redes partilhadas e *Intranet*;
- Está garantido o cumprimento do disposto no artigo 23º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, identificando as assinaturas dos intervenientes em todos os processos administrativos;
- Toda a atividade é monitorizada por instrumentos que foram implementados. De salientar que a atividade inspetiva é desenvolvida, já desde 2006, com base num planeamento em dias úteis de trabalho, cujo reporte é efetuado semanalmente,



- permitindo, a todo momento, saber exatamente qual o ponto de situação face ao programado e a adoção de medidas corretivas quando se justifique;
- É utilizado um sistema de registo biométrico de assiduidade do pessoal;
 - Foram exarados despachos que visam disciplinar e informar os colaboradores sobre matérias relativas ao funcionamento da Inspeção-Geral e às tarefas atribuídas a cada um;
 - Ao nível das despesas e do património, as operações de autorização, aprovação, execução, registo e custódia encontram-se definidas e são realizadas de forma a existir um controlo das mesmas;
 - Os procedimentos relativos à execução dos orçamentos são objeto de controlo mensal pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSSS e pela DGO;
 - Tendo em vista o prosseguimento de uma estratégia de contenção de despesas e do seu controlo rigoroso, todas as despesas são autorizadas exclusivamente por um dos elementos da Direção. Assim, apenas são realizadas as despesas estritamente necessárias ao desenvolvimento da atividade da Inspeção-Geral;
 - Encontram-se implementados mecanismos de controlo das ajudas de custo e das despesas com transportes por deslocações em serviço;
 - As medidas adotadas ao nível do controlo financeiro permitiram alcançar resultados com sucesso no que concerne com a relação entre o valor total executado e o orçamentado e ao prazo médio de pagamento a fornecedores;
 - Os bens patrimoniais encontram-se cadastrados e inventariados em aplicação informática própria, com atualizações regulares.

4. Fiabilidade dos sistemas de informação

- A fiabilidade dos sistemas de informação, nomeadamente no que se refere à salvaguarda da informação dos computadores de rede e à troca de informações e *software* é assegurada pelo Instituto de Informática do MTSSS;
- Os sistemas de informação financeira e de recursos humanos utilizados são disponibilizados pelo Ministério das Finanças, existindo mecanismos de garantia de fiabilidade da informação;
- O circuito documental (correspondência e processos de todos os tipos, incluindo os de natureza inspetiva) encontra-se suportado por uma aplicação informática, existindo estatísticas mensais e de controlo da situação e da atividade processual;



- Existem bases de dados relativas à atividade inspetiva, sendo que a relativa às ações de controlo financeiro é inserida numa base *on-line* disponibilizada e partilhada pelos organismos que constituem o SCI, designada por “SIAUDIT”.

No ano de 2015 foram avaliados, nos termos do SIADAP, todos os trabalhadores que reuniam os requisitos.

II.4. Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes

Conforme já foi referido, todos os objetivos do QUAR foram alcançados (4 superados e 1 atingido) face às metas estabelecidas. No que concerne especificamente ao Plano de Atividades de 2015, estavam previstos:

- A realização de 16 ações de auditoria;
- Ações de acompanhamento às conclusões e recomendações formuladas em relatórios anteriores;
- Atividade reativa e outra.

No final do ano tinham sido iniciadas 14 ações de auditoria, 1 ação encontrava-se pendente e não tinha sido autuado 1 processo (Vide Anexo VI):

- Concluídas - 8 auditorias (relatórios definitivos elaborados e entregues para homologação);
- Em curso - 6 auditorias (5 em elaboração de relatórios provisórios e 1 em execução);
- Suspensas e não autuadas - 2 auditorias.

Em geral, as principais causas associadas ao facto da atividade operacional planeada não ter sido integralmente executada e concluída em 2015 relacionam-se, essencialmente, com:

- A realização de 5 ações extraordinárias, de natureza reativa (3 processos de averiguações, 1 processo de inspeção e 1 de auditoria), determinadas superiormente, envolvendo um número significativo de inspetores que deixaram de estar disponíveis para serem afetos às auditorias do Plano;
- A conclusão durante o ano de 2015 de 6 ações de auditoria e 1 sindicância iniciadas em 2014 e sem relatório definitivo a 31.12.2014;



- A complexidade das matérias em algumas auditorias em que foram apurados indícios criminais e situações de eventual responsabilidade financeira, sendo que estas últimas, só por si, implicam a dilação dos prazos face à necessidade e obrigatoriedade de efetuar os respetivos contraditórios determinada pela Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas;
- A ausência de 2 inspetores durante o ano por motivo de doença.

Especificamente, salienta-se:

- A auditoria à contratação pública na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa não se concluiu face à complexidade da instituição, ao processo de reestruturação que tinham em curso nas áreas objeto da auditoria e ao facto de nem sempre ter sido prestada a colaboração adequada, o que originou que o trabalho de terreno tivesse sido concluído a meio de julho em vez de no final de março (cerca de 4 meses depois);
- A auditoria à atribuição da pensão social de velhice não se concluiu devido à dimensão e à complexidade das matérias em análise, assim como ao volume das irregularidades;
- A auditoria ao sistema e aos procedimentos de controlo interno das operações de execução do orçamento da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego revelou-se particularmente complexa o que exigiu diligências adicionais face ao previsto;
- A auditoria à medida Estímulo Emprego foi executada por menos 1 inspetor do que o previsto, por motivo de doença, o que originou a sua execução durante um número maior de dias de calendário;
- A auditoria à gestão das contas correntes das Entidades Empregadoras foi suspensa porque a oportunidade da sua realização ficou comprometida com a realização do processo de averiguações à situação contributiva da Cruz Vermelha Portuguesa;
- A auditoria aos apoios concedidos pela Segurança Social à Cruz Vermelha Portuguesa não foi atuada porque foi iniciado um processo de articulação com a Inspeção-Geral da Defesa Nacional, entidade que nos termos da Lei tem a tutela inspetiva da instituição.



II.5. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho da IG

Neste ponto, cumpre expor, por um lado, as medidas que se pretende implementar com vista a um reforço positivo do desempenho do serviço e, por outro lado, cumpre evidenciar as condicionantes existentes ou previsíveis que podem vir a afetar os resultados a atingir.

No que diz respeito às medidas positivas a implementar e desenvolver no futuro, importa sublinhar as seguintes:

- Garantir uma adequada integração, no Centro de Competências de Inspeção, de 5 novos inspetores cujo ingresso ocorreu em finais de 2015;
- Reforçar a qualificação dos efetivos, através de ações/cursos de formação em áreas selecionadas que estejam relacionadas com a atividade desenvolvida;
- Incrementar a redução do tempo de elaboração e revisão dos relatórios provisórios de forma a minimizar o tempo que decorre entre o contacto da IGMTSSS e a entidade auditada e o conhecimento do Projeto de Relatório;
- Aumentar a qualidade e a eficácia dos trabalhos, continuando a ajustar os relatórios tendo em vista apresentarem, de forma clara e inequívoca, os principais resultados.

Relativamente às condicionantes cumpre referir as seguintes:

- Elevada diversidade das áreas integradas no universo de atuação da Inspeção-Geral;
- O tratamento das reclamações de utentes da ação social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, determinado pelo despacho do então Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, de 30.04.2014, que tem implicado uma afetação crescente de um inspetor face ao seu volume;
- O Regime de mobilidade interna atualmente em vigor que permite a saída dos inspetores sem pré-aviso e sem qualquer possibilidade de intervenção por parte da IG;
- Duração da formação de novos inspetores e os recursos que essa formação absorve;
- Restrições orçamentais e imposição de limitações financeiras no âmbito das opções gestórias em matéria de recursos humanos.



II.6. Comparação com o desempenho de serviços idênticos

Continua a não ser possível proceder a uma comparação com o desempenho de serviços idênticos, conforme previsto na alínea e) do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2207, de 28 de dezembro, por não existirem dados disponíveis de outros organismos.

Trata-se de uma questão que se julga ser transversal (ao nível das inspeções-gerais e dos demais organismos) porquanto está em causa comparar resultados atingidos ou níveis de execução, referentes ao ano em análise, e não meras previsões ou objetivos propostos, sendo que no momento em que se está a elaborar o relatório de atividades os outros organismos também o estão a fazer não havendo, por isso, dados disponíveis.

Em 2011 a sugestão do GEP para estabelecimento de "...contacto com a Secretaria-Geral do ex-MTSS, para conhecimento do Relatório de *Benchmarking* entre as SG dos vários Ministérios e para obtenção de informação sobre a forma como foi elaborada a análise comparativa..." foi acolhida.

No entanto, constatou-se que se trata de um processo interativo entre as organizações, que implica a disponibilidade de todas, num contexto de estabilidade ao nível organizacional e de atribuições.

Atualmente, ao nível das inspeções-gerais, não se vislumbra existir tal contexto de forma a possibilitar o estabelecimento de contatos permanentes, envolvendo a troca de dados/informação, que permita proceder à comparação entre as diversas entidades com atividades similares.

Assim, continua a considerar-se que esta questão terá de ser abordada e resolvida de forma transversal ao nível da Comissão de Coordenação de Avaliação de Serviços, esperando-se novas informações que possam ser veiculadas pelo GEP conforme refere no parecer relativo ao desempenho de 2011 e 2012.

II.7. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores

Com o objetivo de aferir o grau de satisfação de dirigentes intermédios e demais trabalhadores da IGMTSSS relativamente a vários aspetos do seu serviço, foi efetuado, entre os dias 4 de março e 5 de abril de 2015, um questionário de avaliação a todos os que, de forma anónima, quiseram participar. Para o efeito, foi usado o modelo constante do Anexo VII.

Do universo de 37 colaboradores que reuniam as condições para resposta à data de realização do questionário, 13 preencheram-no, o que representou uma taxa de resposta de 35,1%.

Em termos gerais, o grau de satisfação global foi positivo (3,95 - valor médio ponderado pelas percentagens das respostas), evidenciando-se que os colaboradores consideram-se “satisfeito” ou “muito satisfeito”, acima dos 50%, em todas as áreas objeto do inquérito (Anexo VIII).

Ainda em termos gerais cumpre referir os resultados no domínio da satisfação com as condições de higiene, segurança e equipamentos (83%) e da satisfação global dos colaboradores com a organização (80%), conforme Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Satisfação com as condições de higiene, segurança e equipamentos



Gráfico 2 - Satisfação Global



A nível desagregado salienta-se a satisfação com a imagem da Inspeção-Geral (93%), com o nível de envolvimento dos colaboradores na IG e na respetiva missão (93%), com o ambiente de trabalho (85%) e com o desempenho global da IGMTSSS (85%).

Gráfico 3 - Satisfação com a imagem da IGMTSSS



Gráfico 4 - Nível de envolvimento dos colaboradores na IG e na respetiva missão

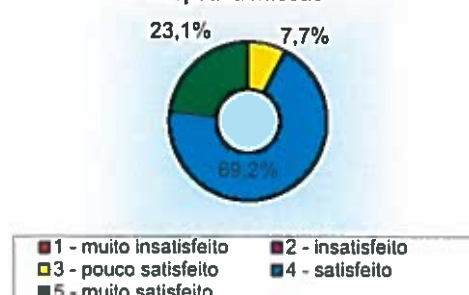
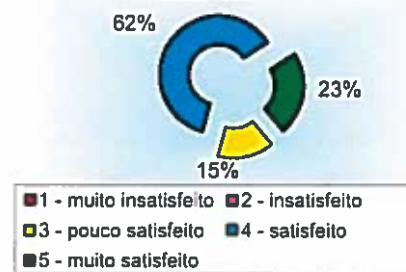


Gráfico 5 - Ambiente de Trabalho



Gráfico 6 - Desempenho Global da IGMTSSS



II.8. Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no PA, com indicação dos resultados

II.8.1. Indicadores Gerais

Durante o ano de 2015 foram trabalhados 95 processos (97 em 2014), correspondendo 25,3% a processos atuados em 2015 e os restantes processos a atividade iniciada em anos anteriores, conforme Gráfico 7.

Gráfico 7 - Processos Trabalhados por ano de atuação



O aumento do número de processos atuados no ano (24 face a 19 atuados em 2014) resulta do facto de em 2014 terem sido realizadas duas sindicâncias que face às características próprias em termos de objetivos e metodologias de execução exigiram uma significativa afetação de inspetores, resultando no desenvolvimento de um número inferior de ações, representando os processos anteriores a 2012, 29,5% dos processos trabalhados.



Durante o ano de 2015, em 25,3% dos processos trabalhados (32,0% em 2014), foi proferido despacho de arquivamento³ - por estar concluído o trabalho - encontrando-se ainda pendentes 71 processos (22 dos quais atuados em 2015), conforme Quadro 4. De referir, ainda, que no decurso de 2015 foram reabertos 7 processos anteriormente arquivados, dos quais 5 foram rearquivados ainda em 2015.

Quadro 4 - Processos em curso e arquivados em 2015

Processos	Ano de Autuação				Total
	< = 2012	2013	2014	2015	
Arquivados em 2015	14	6	2	2	24
Em curso a 31/12	14	18	17	22	71
Total	28	24	19	24	95

Nos últimos anos a IGMTSSS tem reforçado, enquanto entidade de controlo setorial do MTSSS, a sua função de auditoria, centrando a sua atividade nas ações planeadas, as quais representaram 66,3% dos processos trabalhados em 2015 (64,9% em 2014) distribuindo a sua atividade por dois vetores, conforme Quadro 5:

- Um correspondente aos de Auditoria e de Acompanhamento das recomendações resultantes de relatórios de auditoria, tipologias de processo que mais tempo e recursos absorvem e que, em conjunto, assumem preponderância no âmbito da atividade desenvolvida pela Inspeção-Geral (75,8% face a 76,2% em 2014);
- Um segundo, de atividade reativa, correspondente aos processos de Averiguações/Inspeções, em que a IGMTSSS atua, quer por determinação superior, quer por sua iniciativa, para apuramento das razões/responsáveis por factos ocorridos nos serviços/organismos do MTSSS ou em entidades apoiadas/tuteladas por esses serviços (18,9% face a 17,5% em 2014).

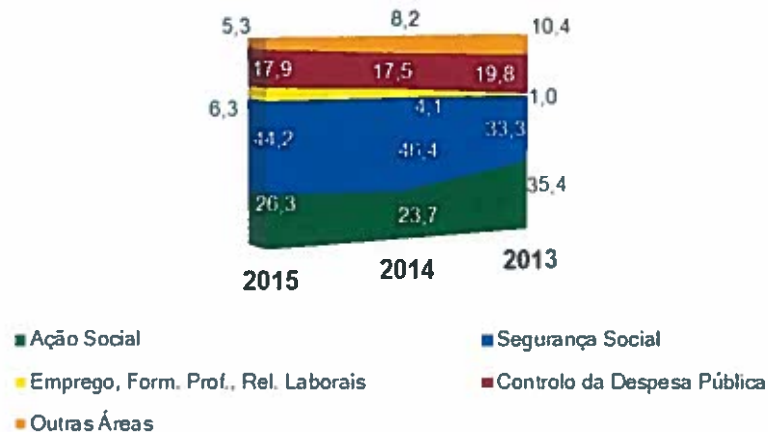
³ Foram proferidos 28 despachos de arquivamento em 24 processos, sendo que 19 desses despachos corresponderam a primeiros arquivos.

Quadro 5 - Processos trabalhados em 2015 por tipologia

Tipologia de processo	2013	2014	2015	
	%	%	n.º	%
Acompanhamento	15,6	11,3	9	9,5
Administrativo	3,1	4,1	4	4,2
Averiguações/Inspeções	19,3	14,4	16	16,8
Auditoria	53,0	64,9	63	66,3
Inquérito/Sindicâncias	2,1	3,1	2	2,1
Disciplinar	4,2	2,1	1	1,1
TOTAL			95	

Verificou-se em 2015 um ligeiro aumento do número de processos trabalhados nas áreas da Ação Social (26,3%, face a 23,7% em 2014) e do Emprego, Formação Profissional e Relações Laborais (6,3%, face a 4,1% em 2014) e uma estabilidade nas restantes áreas, salientando-se que os domínios da Segurança Social e da Ação Social representam 70,5% do total, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8 - Processos Trabalhados por Área de Intervenção



No que concerne ao âmbito geográfico em que a IGMTSSS desenvolveu a sua atividade, os dados de 2015 são praticamente sobreponíveis com os registados em 2014, continuando-se a registar, em consequência da continuidade de uma atividade planeada vocacionada para intervenções mais profundas sobre as diferentes temáticas, uma preponderância das ações com abrangência nacional (51,6% face a 51,5% em 2014), concentrando-se, a restante

atividade, primordialmente, nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Centro (20,0% e 12,6%, respetivamente), conforme Quadro 6.

Quadro 6 - Processos trabalhados por incidência geográfica

Região	2013	2014	2015	
	%	%	n.º	%
Norte	8,3	8,2	8	8,4
Centro	10,4	11,3	12	12,6
Lisboa e Vale do Tejo	15,6	21,6	19	20,0
Alentejo	3,1	3,1	3	3,2
Algarve	5,2	4,1	4	4,2
Âmbito Nacional	57,3	51,5	49	51,6
TOTAL			95	

As entidades que são objecto de intervenção da Inspeção-Geral são ouvidas no âmbito do princípio do contraditório⁴, nos termos previstos no artigo 12º do Decreto-Lei nº 276/2007, de 31 de julho.

É de realçar, ainda, que a maioria dos processos trabalhados deu origem à elaboração de recomendações e propostas às entidades alvo de intervenção ou ao acompanhamento de recomendações e/ou situações específicas já anteriormente objeto de análise e/ou relato, o que evidencia o carácter pedagógico das intervenções da IG e o compromisso desta no acompanhamento das situações que o justificam.

Cumpra, ainda, referir a comunicação, em 2015, de situações apuradas no decurso da intervenção desta Inspeção-Geral, aos serviços:

- Da Autoridade Tributária, em 3 processos;
- Do Ministério Público, em 2 processos;
- Do Tribunal de Contas, em 4 processos.

Por último, importa salientar que a IGMTSSS recebe exposições, denúncias e reclamações diversas através de duas vias de correio eletrónico: correio institucional e um formulário disponível na página eletrónica do serviço. Recebidas estas comunicações, a Inspeção-Geral procede ao encaminhamento/tratamento das mesmas, regra geral, por via eletrónica.

⁴ Salvo se tal procedimento for susceptível de causar prejuízo ao rigor, operacionalidade e eficácia da acção, aos interesses legalmente protegidos de terceiros ou estiverem em causa factos com eventual relevância criminal.



Durante o ano de 2015, foram recebidas 692 exposições (319 através do formulário e 373 através do correio institucional), tendo a IGMTSSS procedido ao reencaminhamento de 93% das situações para o(s) organismos/serviços responsáveis, em 1ª linha, pelo tratamento das matérias expostas.

De todas as exposições recebidas ressalta que a IGMTSSS não foi visada, diretamente, em nenhuma delas e que 81,2% das mesmas foram reencaminhadas para o Instituto da Segurança Social, IP.

No que concerne às restantes temáticas abordadas, as mais significativas são as relativas às contribuições para a Segurança Social (22,5%), subsídio de doença (12,2%) e subsídio de desemprego (10,3%).

II.8.2. Atividade Planeada

Durante o ano de 2015 estava prevista, em sede de Plano de Atividades de 2015, a realização de 16 ações de auditoria e o desenvolvimento de ações de acompanhamento às conclusões e recomendações formuladas em relatórios anteriores.

No que se refere à respetiva execução, conforme Anexo IX, foram concluídas 8 auditorias, iniciadas 6 auditorias, sendo que 5 estavam em elaboração de relatório provisório, suspensas e não atuadas 2 pelos motivos já expostos no ponto II.4.

Em sede de atividade planeada foram ainda concluídas, durante o ano de 2015, seis ações de auditoria e uma sindicância referentes ao Plano de 2014.

Relativamente à atividade planeada cujos relatórios foram homologados durante o ano de 2015, as principais deficiências assinaladas foram ao nível (conforme Anexo X):

- Dos sistemas de informação implementados;
- Dos sistemas de controlo interno implementados;
- Do cumprimento dos normativos legais aplicáveis;
- Dos pagamentos efetuados a trabalhadores/beneficiários/entidades.

Face às deficiências detetadas, as principais recomendações formuladas foram (conforme Anexo XI):

- Implementação de melhorias no sistema de controlo interno e nos sistemas de informação/informáticos;
- Uniformização de procedimentos entre as diferentes unidades orgânicas/serviços



- desconcentrados intervenientes nos processos;
- Emissão/alteração de normativos legais/internos;
- Promoção de diligências para reposição dos montantes indevidamente pagos a trabalhadores/beneficiários/entidades.

Saliente-se que dos 14 processos de auditoria concluídos em 2015 foram apurados montantes incorretamente pagos a beneficiários de apoios públicos e trabalhadores que ascenderam a cerca de 5,1 milhões de euros, relevando-se que numa ação em concreto foi possível recuperar, com entrada efetiva nos cofres do Estado, 4,2 milhões de euros.

II.8.3. Atividade não Prevista

No ano de 2015 a IGMTSSS desenvolveu cinco intervenções que não estavam previstas no Plano de Atividades:

- 1 processo de auditoria aos apoios concedidos a uma instituição particular de solidariedade social, que envolveu 1 inspetor, num total de 61 dias de trabalho, concluída em 2015;
- 2 processos de averiguações respeitantes a factos ocorridos em serviços/organismos do MTSSS, que envolveram 3 inspetores, num total, em 2015, de 44 dias de trabalho, sendo que uma das ações ainda não se encontrava concluída em 31.12.2015, transitando para 2016 a sua finalização;
- 2 processos (1 de inspeção e 1 de averiguação) a factos ocorridos em instituições particulares de solidariedade social, que envolveram 4 inspetores, num total de 146 dias de trabalho, sendo que uma das ações ainda não se encontrava concluída em 31.12.2015, transitando para 2016 a sua finalização;

Foi ainda concluída a intervenção num processo disciplinar e num processo de averiguações, iniciados em 2014, que envolveram 4 inspetores, num total, em 2015, de 200,5 dias de trabalho.

De salientar que, a partir de abril de 2014, a Inspeção-Geral passou a ter a competência para tratar os processos de reclamação dos serviços e equipamentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, na sequência do despacho de Sua Excelência o então Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, de 30.04.2014. Durante o ano de 2015 foram apreciadas 112 reclamações que implicaram a afetação de um inspetor durante 69 dias úteis de trabalho (mais de 3 meses).



II.8.4. Publicidade Institucional

Em cumprimento do nº 2 do artigo 7º da Lei nº 95/2015, de 17.08, informa-se que a Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social pagou 162,36€, no decurso de 2015, em publicidade, à empresa Público, Comunicação Social SA, decorrentes da publicitação obrigatória referente ao procedimento concursal desenvolvido em 2015.

II.8.5. Programa de Responsabilidade Social

A responsabilidade social nas organizações privadas e públicas tem assumido, nos últimos anos, um papel preponderante nos modelos de gestão, uma vez que permite envolver os colaboradores de forma voluntária, incorporando os interesses das partes envolvidas nas estratégias definidas pela organização e na implementação das suas atividades.

O Programa de Responsabilidade Social da Inspeção-Geral do então Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social foi aprovado pelo despacho n.º 4/IG/2011, de 04/04, do Senhor Inspetor-Geral.

Durante o ano de 2012, por despacho de Sua Excelência o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, datado de 26/04/2012, foi criada a Rede para o Desenvolvimento da Responsabilidade Social no MESS, designada Rede Por Todos, onde se encontram integrados todos os serviços e organismos do Ministério.

A IGMTSSS tem participação ativa nas atividades desenvolvidas pela Rede, procurando, igualmente, manter a sua atividade no âmbito da responsabilidade social ao nível da organização de atividades institucionais.

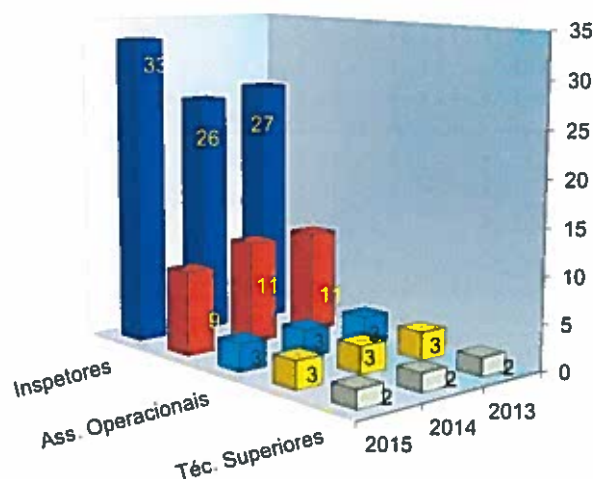
Os indicadores de Responsabilidade Social constam do Anexo XII, salientando-se que a IGMTSSS em 2015 desenvolveu uma ação própria de recolha de alimentos e participou nas reuniões da rede, bem como nos restantes projetos da Rede (plano e relatório de atividades, diagnóstico de Responsabilidade Social).

III. Balanço Social

A 31.12.2015, encontravam-se ao serviço da IG um total de 50 efetivos, conforme Balanço Social, que constitui o Anexo XIII⁵.

A evolução dos recursos humanos, por carreira profissional, no triénio 2013-2015 encontra-se refletida no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Evolução do nº de Efetivos por grupo de pessoal



Em 2015, o número de efetivos em funções na IGMTSSS aumentou cinco unidades, fruto do ingresso de 5 inspetores na sequência de procedimento concursal, do regresso de 3 inspetores por fim do exercício de função noutros organismos e da saída de 3 elementos por aposentação (2 assistentes técnicos e 1 inspetor).

Do total de efetivos a exercer funções na Inspeção-Geral, 22 são homens e 28 mulheres, o que representa um ligeiro aumento da taxa de feminização para os 56,0% (55,6% em 2014). Registou-se, ainda, um aumento considerável da taxa de tecnicidade em sentido lato⁶ para 76,0% (68,9% em 2014), o que deriva da conjugação de dois fatores, por um lado o ingresso de novos inspetores e, por outro lado, a política prosseguida de não proceder à reposição de trabalhadores que saem da área técnica e de suporte por não se revelar necessário já

⁵ À mesma data encontravam-se a exercer funções fora do organismo 7 trabalhadores, 6 da carreira de inspeção e 1 assistente operacional.

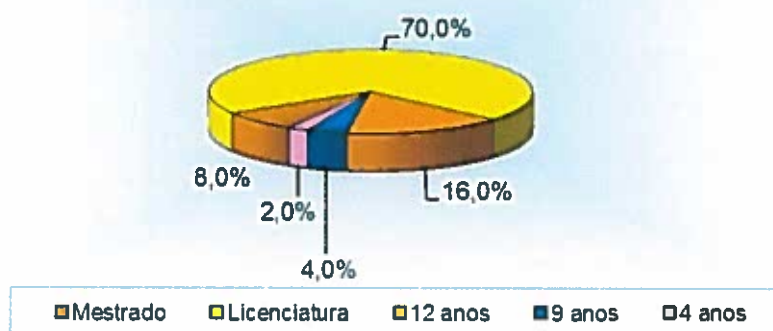
⁶ Indicador de tecnicidade (sentido lato) = [(pessoal técnico superior + médico + docente + informático + técnico + técnico profissional)/ total de efetivos]* 100

que, conforme referido em II.3.; parte destes serviços são assegurados pela Secretaria-Geral.

Qualitativamente, os efetivos a prestar serviço na IGMTSSS evidenciavam, em 31/12/2015, uma média etária de 48,5 anos (50,44 em 2014) e uma antiguidade média de 19,93 anos (23,0 em 2014), sendo de salientar, contudo, que 47,8% dos efetivos têm mais de 50 anos (46,7% em 2014) e somente 4 (8,7%) têm menos de 35 anos, conforme quadros do Balanço Social.

A nível de habilitações académicas, a IG apresenta um indicador de formação superior⁷ de 78,0% (71,7% em 2014) e a seguinte estrutura habilitacional:

Gráfico 10 - Estrutura Habilitacional



Em 2015, o grau de absentismo situou-se nos 8,65% (12,8% em 2014). Analisada a tipologia das ausências ao trabalho, constata-se que 67,6% das mesmas (face a 88,3% em 2014) ocorreram por motivos de doença, a maioria das quais por ausência prolongada por doença de 3 trabalhadores (79,8%).

Ao nível da formação profissional, em 2015, recorreu-se maioritariamente a ações que não implicaram custos para o organismo (nestas se incluindo a autoformação a cargo dos efetivos), num total de 118 participações em atividades formativas (100 em 2014), conforme quadro *infra*.

⁷ Ind. de formação superior = [(bacharelato + licenciatura + mestrado + doutoramento) / total de efectivos]* 100

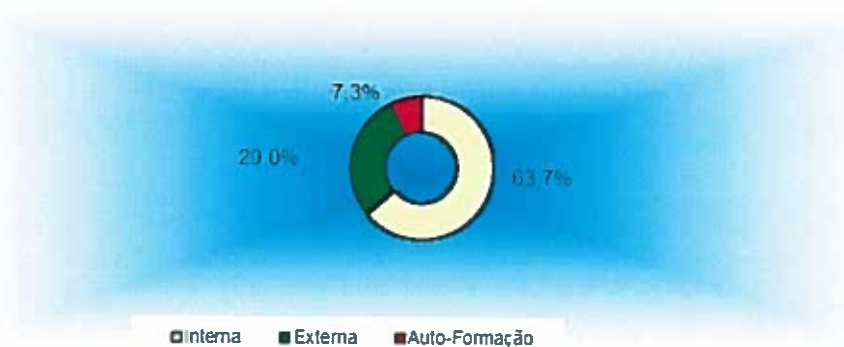
Quadro 7 - Participações em Ações de Formação por grupo de pessoal

Ações de Formação	Dirigentes	Técnico Superior	Inspeção	Ass. Téc.	Ass. Oper.	TOTAL
Total de Participações	7	2	99	9	1	118

As ações de formação com custos para a Inspeção-Geral (75€) envolveram 21 horas de formação, representando 1,19% do total (em 2014, 360€, 8 horas e 0,45%).

Durante o ano de 2015, **75,6% dos efetivos participaram em ações de formação**, destacando-se o recurso à formação interna (63,7%), designadamente a desenvolvida com o apoio do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Gráfico 11 - Volume de formação por tipologia



As ações de formação frequentadas ocuparam um total de 1.767 horas, abrangendo diversas áreas, com predomínio das áreas de Contabilidade e Fiscalidade (36,1%) e Segurança e Higiene no Trabalho (32,8%), na sequência da realização de ações de formação interna, conforme Anexo XIV.



IV. Avaliação Final

Considerando tudo o que fica exposto e, particularmente, os resultados alcançados em 2015, ao abrigo do disposto no art. 18º, nºs 1 e 3 da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, proponho que à Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social seja atribuída a menção qualitativa de *Desempenho Bom*, por ter atingido todos os cinco objetivos, superando quatro.

Lisboa, 14 de abril de 2016

O Inspetor-Geral

Paulo Jorge Carvalho de Brito



V. ANEXOS

Anexo I - Quadro de Avaliação e Responsabilização da IGMTSSS de 2015

Anexo II - Mapa sobre o grau das recomendações aceites

Anexo III - Listagem de questões sobre Sistema de Controlo Interno

Anexo IV - Questionários utilizados no âmbito do artº 62º da Lei de Enquadramento Orçamental

Anexo V - Organograma

Anexo VI - Plano de Atividades de 2015 - Ações não concluídas

Anexo VII - Questionário de satisfação dos trabalhadores

Anexo VIII - Resultados do questionário de satisfação dos trabalhadores

Anexo IX - Ações realizadas/desenvolvidas em 2015

Anexo X - Áreas onde foram detetadas as principais deficiências

Anexo XI - Áreas onde foram formuladas as principais recomendações

Anexo XII - Programa de Responsabilidade Social - Indicadores

Anexo XIII - Balanço Social

Anexo XIV - Ações de formação 2015



Anexo I

Quadro de Avaliação e Responsabilização



INSPEÇÃO-GERAL
DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2015

Última atualização: (2016/03/01)

Serviço: Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Missão: Apreciar a legalidade e regularidade dos atos praticados pelos serviços e organismos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ou sujeitos à Tutela do respetivo Ministro, bem como avaliar a sua gestão e os seus resultados, através do controlo de auditoria técnica, de desempenho e financeira.

Objetivos estratégicos (OE):

OE 1 Melhorar os sistemas e procedimentos de controlo interno dos serviços e organismos do MTSSS, contribuindo para a qualidade da despesa pública.

OE2 Reforçar a intervenção da IGMTSSS, através do aumento da eficiência dos recursos.

OE3 Aumentar a qualidade das metodologias e dos documentos produzidos.

Objetivos operacionais	Ano 2013 Resultado	Ano 2014 Resultado	Ano 2015						
			Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa Realização		
EFICÁCIA (40%)								115,8%	
OB 1	Ponderação de 50%								
Audit os sistemas e procedimentos de controlo interno de serviços/organismos do MTSSS	Ind 1	n.º de auditorias realizadas	15	11	14	0	18	14	0,0%
	Peso	100%							
OB 2	Ponderação de 50%								
Assegurar a monitorização da adoção das recomendações formuladas aos organismos auditados	Ind 2	n.º de solicitações efetuadas relativas a relatórios associados a processos não arquivados e de processos atuados de acompanhamento das recomendações formuladas em relação ao n.º de relatórios associados a processos não arquivados	122,6%	106,8%	100,0%	0	125,0%	131,5%	31,5%
	Peso	100%							
EFICIÊNCIA (20%)									100,7%
OB 3	Ponderação de 100%								
Minimizar os tempos despendidos na elaboração e revisão dos relatórios provisórios pelas equipas inspetivas nas ações do Plano de Atividades de 2015	Ind 3	Média da relação entre o n.º de dias afetos pela equipa inspetiva à elaboração e revisão do relatório provisório e o n.º de dias previsto nos planos de ação para elaboração dos referidos relatórios	1,18	1,35	1,35	0	1,26	1,34	0,7%
	Peso	100%							
QUALIDADE (40%)									109,0%
OB 4	Ponderação de 60%								
Garantir a aceitação, pelos organismos auditados, das recomendações formuladas	Ind 4	Valor médio das percentagens de recomendações aceites nas auditorias realizadas	90,0%	91,8%	90,0%	0	100,0%	93,8%	4,2%
	Peso	100%							
OB 5	Ponderação de 40%								
Assegurar a valorização profissional dos recursos humanos	Ind 5	Grau de cobertura das ações de formação (medido em função da percentagem de trabalhadores com acesso a ações de formação no ano)	90,6%	84,8%	65,0%	0	81,25%	75,6%	16,3%
	Peso	100%							



QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2015

Última atualização: (2015/03/01)

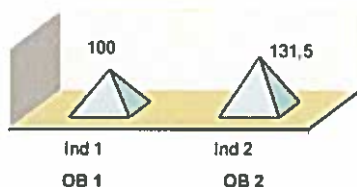
Meios disponíveis

Recursos Humanos	Pontuação	Pontos Planeados	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes - Direção Superior	20	60	64	4
Chefes de Equipa	16	48	49	1
Inspetor	12	276	276	0
Técnico Superior	12	24	17	-7
Assistente Técnico	8	88	67	-21
Assistente Operacional	5	15	14	-1
Total		511	487	-24

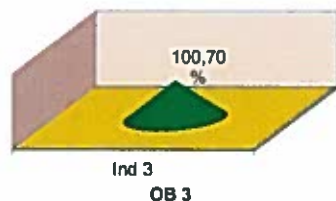
Orçamento (milhões de €)	Aprovado	Realizado	Desvio(MC)
Funcionamento	2,22	1,96	-0,26
Investimento	0	0	0

Parâmetros

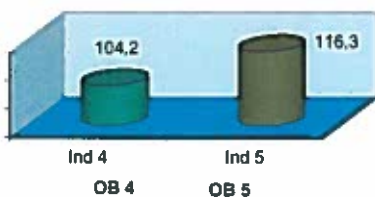
Eficácia



Eficiência



Qualidade



Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação 40%	Ponderação 20%	Ponderação 40%
115,75	100,70	109,04

Avaliação Final do Serviço

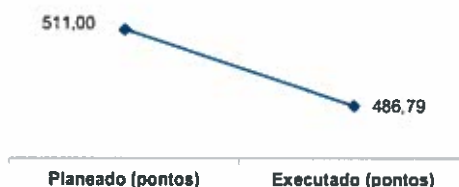
Bom	Satisfatório	Insuficiente
110,06		

Recursos Financeiros e Humanos

Recursos Financeiros



Recursos Humanos



Explicitação de fórmulas utilizadas por indicadores

Indicador 2 - $\{(n^{\circ}$ de solicitações efetuadas relativas a relatórios associados a processos não arquivados + n° de processos de acompanhamento de recomendações atuados) / n° de relatórios homologados associados a processos não arquivados, sendo que só são contabilizados relatórios homologados até 30/09/2015}

Indicador 3 - Média (n° de dias efetivamente afetos pela equipa inspetiva em cada ação do plano de atividades de 2015 / n° de dias previstos em plano de ação para cada ação do plano de atividades de 2015)

Indicador 4 - Média (n° de recomendações efetuadas em sede de relatório provisório objeto de contraditório aceites pelas entidades auditadas / n° de recomendações efetuadas em cada relatório provisório objeto de contraditório)

Indicador 5 - n° de colaboradores que participaram em ações de formação profissional em 2015 / n° total de colaboradores a 31/12/2014

Listagem das Fontes de Verificação

Objetivo 1	Sistema informático de gestão de processos
Objetivo 2	Sistema informático de gestão de processos
Objetivo 3	Sistema informático de gestão de processos
Objetivo 4	Mapa de aceitação das recomendações formuladas
Objetivo 5	Mapa de ações de formação frequentadas



Anexo II

Grau de recomendações aceites



INSPEÇÃO-GERAL
DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL

N.º	Tipo	Título	N.º Relatório	N.º de Recomendações Inscritas em Relatório Provisório	N.º de Recomendações Aceitadas	%
18/2013	INSP	CASES - Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social	17/2014	5	5	100%
10/2014	AUD	À Inserção de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção - Distrito de Lisboa	01/2015	12	12	100%
16/2014	AUD	Ao Sistema e aos Procedimentos de Controlo das Operações de Execução do Orçamento - DGSS	02/2015	8	8	100%
17/2014	AUD	Aos Apoios Concedidos pela Segurança Social à SCM Oeiras	04/2015	12	12	100%
14/2014	AUD	À Contratação Pública - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	05/2015	9	9	100%
11/2014	AUD	Às Pensões Indevidamente Pagas	06/2015	14	14	100%
01/2015	AV	Denúncia Anónima Realizada Contra Dirigente do IGFSS,IP - Guarda	07/2015	1	1	100%
12/2015	AUD	Aos Apoios Concedidos pela Segurança Social à EAPN	08/2015	5	5	100%
18/2015	AV	Lar de Infância e Juventude Especializado "Entre Mundos" da Fundação António Silva Leal	09/2015	5	4	80%
09/2015	AUD	Aos Apoios Concedidos pela Segurança Social à Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral Coimbra	10/2015	16	16	100%
18/2014	AV	Situação Contributiva da Cruz Vermelha Portuguesa	11/2015	11	10	90,9%
03/2015	AUD	Complemento Solidário Para Idosos - Distrito de Évora	12/2015	8	7	88%
05/2015	AUD	À Cobrança de Dívida Através de Penhoras	13/2015	7	6	86%
14/2015	AUD	Ao Complemento Solidário para Idosos - Centro Distrital de Lisboa	15/2015	8	8	100%
08/2015	AUD	Ao Sistema e Procedimentos de Controlo Interno das Operações de Execução do Orçamento Centro de Reabilitação Profissional de Gaia	16/2015	16	15	94%
06/2015	AUD	Ao Sistema de Gestão da Dívida de Entidades Beneficiárias de Apoios Concedidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional	17/2015	8	8	100%
04/2015	AUD	À Atribuição de Subsídios por utilização de lares com fins lucrativos	18/2015	9	9	100%
13/2014	AUD	Ao Sistema e aos Procedimentos de Controlo Interno das Operações de Execução do Orçamento - IEFP (Despesas Com Pessoal)	19/2015	7	4	57%
15/2015	AUD	Ao Sistema e aos Procedimentos de Controlo Interno das Operações de Execução do Orçamento - Centro Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul	21/2015	15	14	93%
Média						93,8%



INSPEÇÃO-GERAL
DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL

N.º	Tipo	Título	N.º Relatório	Data de Despacho IG	Data de envio Gabinete MSSS	Data de Homologação	N.º de Recomendações Inseridas em Relatório Propositivo	N.º de Recomendações Acaradas	%
18/2013	INSP	CASES - Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social	17/2014	02/02/2015	03/02/2015	25/02/2015	5	5	100%
10/2014	AUD	À Inserção de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção - Distrito de Lisboa	01/2015	12/03/2015	12/03/2015	25/03/2015	12	12	100%
16/2014	AUD	Ao Sistema e aos Procedimentos de Controlo das Operações de Execução do Orçamento - DGSS	02/2015	12/03/2015	12/03/2015	19/05/2015	8	8	100,0%
17/2014	AUD	Aos Apoios Concedidos pela Segurança Social à SCM Oeiras	04/2015	03/07/2015	06/07/2015	17/07/2015	12	12	100%
14/2014	AUD	À Contratação Pública - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	05/2015	10/07/2015	13/07/2015	30/07/2015	9	9	100%
11/2014	AUD	As Pensões Indevidamente Pagas	06/2015	16/07/2015	17/07/2015	24/07/2015	14	14	100%
01/2015	AV	Denúncia Anónima Realizada Contra Dirigente do IGFSS,IP - Guarda	07/2015	15/07/2015	20/07/2015	31/07/2015	1	1	100%
12/2015	AUD	Aos Apoios Concedidos pela Segurança Social à EAPN	08/2015	27/07/2015	28/07/2015		5	5	100%
18/2015	AV	Lar de Infância e Juventude Especializado "Entre Mundos" da Fundação António Silva Leal	09/2015	16/09/2015	16/09/2015	02/10/2015	5	4	80%
09/2015	AUD	Aos Apoios Concedidos pela Segurança Social à Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral Coimbra	10/2015	21/10/2015	22/10/2015		16	16	100,0%
18/2014	AV	Situação Contributiva da Cruz Vermelha Portuguesa	11/2015	11/11/2015	12/11/2015	27/11/2015	11	10	90,9%
03/2015	AUD	Complemento Solidário Para Idosos - Distrito de Évora	12/2015	11/12/2015	14/12/2015		8	7	88%
05/2015	AUD	À Cobrança de Dívida Através de Penhoras	13/2015	21/12/2015	21/12/2015		7	6	86%
14/2015	AUD	Ao Complemento Solidário para Idosos - Centro Distrital de Lisboa	15/2015	21/12/2015	22/12/2015		8	8	100%
08/2015	AUD	Ao Sistema e Procedimentos de Controlo Interno das Operações de Execução do Orçamento Centro de Rei	16/2015	29/12/2015	30/12/2015	25/02/2016	16	15	94%
06/2015	AUD	Ao Sistema de Gestão da Dívida de Entidades Beneficiárias de Apoios Concedidos pelo Instituto do Empreço	17/2015	29/12/2015	29/12/2015	26/02/2016	8	8	100%
04/2015	AUD	À Atribuição de Subsídios por utilização de lares com fins lucrativos	18/2015	28/12/2015	29/12/2015		9	9	100%
13/2014	AUD	Ao Sistema e aos Procedimentos de Controlo Interno das Operações de Execução do Orçamento - IEFP (C	19/2015	30/12/2015	30/12/2015		7	4	57%
15/2015	AUD	Ao Sistema e aos Procedimentos de Controlo Interno das Operações de Execução do Orçamento - Centro f	21/2015	30/12/2015	30/12/2015		15	14	93%
Média									
93,8%									



Anexo III

Listagem de questões sobre Sistema de Controlo Interno

Questões	Aplicado			Fundamentação	
	S	N	NA		
1 – Ambiente de controlo					
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			<p>Estão instituídos procedimentos de controlo que se encontram assimilados pelos serviços e funcionários, sendo colocados em prática no exercício das funções, existindo mecanismos de acompanhamento e monitorização dos procedimentos, o que permite a existência de um ambiente de controlo adequado ao regular e normal funcionamento e exercício das atribuições que estão cometidas à IGMTSSS. Os procedimentos relativos à execução dos orçamentos são objeto de controlo mensal pela DGO. Tendo em vista o prosseguimento de uma estratégia de contenção de despesas e do seu controlo rigoroso, todas as despesas são autorizadas exclusivamente por um dos elementos da Direção. Assim, apenas são realizadas as despesas estritamente necessárias ao desenvolvimento da atividade da IGMTSSS. Na IGMTSSS não existe um serviço com funções de controlo e auditoria interna. Existem manuais de conduta e de ética e procedimentos. Foram disponibilizadas e realizadas diversas ações de formação, quer por iniciativa do trabalhador (autoformação¹), quer promovidas pela IGMTSSS, das quais se destacam as promovidas pela Secretaria-Geral do MTSSS. Em média foram recebidas 35 horas de formação por trabalhador. Não existem dirigentes intermédios na IGMTSSS. Contudo, ao nível do Centro de Competências de Inspeção são realizadas reuniões mensais com os chefes de equipa multidisciplinares e são estabelecidos contactos regulares/ frequentes.</p>	
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X				
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X		
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X				
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X				
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X				
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?			X		
2 – Estrutura organizacional					
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			<p>O Diploma Orgânico encontrava-se integralmente regulamentado e refletido no organigrama da IGMTSSS.</p>	
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?			X		100%.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X				75,6%
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço					
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			<p>Existiam despachos de delegação de competências e de assinaturas, nomeadamente no que se refere às competências relativas à realização de despesas, gestão financeira e patrimonial e à gestão de pessoal.</p>	
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X				

¹ Muitas das vezes impulsionada pela IGMTSSS.

3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X		No âmbito dos procedimentos de aquisição centralizados pela Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral do MTSSS, têm sido elaborados, anualmente, planos de compras tendo em vista responder às solicitações efetuadas. Considerando o valor global despendido anualmente e os montantes destinados a essas aquisições e a encargos fixos decorrentes de contratos estabelecidos, cujo controlo é permanente, o nível de aquisições realizadas pela Inspeção-Geral tem uma natureza residual.
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X	Ao nível das despesas/ património as operações de autorização / aprovação / execução / registo / custódia encontram-se definidas e são realizadas de forma a existir um controlo das mesmas, atendendo, essencialmente, a uma adequada segregação de funções.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X		Foram exarados Despachos que visam disciplinar e informar os colaboradores sobre matérias relativas ao funcionamento da IGMTSSS e às tarefas cometidas a cada um.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X		O circuito documental (correspondência e processos de inspeção) encontra-se suportado por uma aplicação, existindo estatísticas mensais e de controlo da situação processual.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X		Estão definidas regras de forma a potenciar a garantia do registo tempestivo de todos os dados referente aos documentos entrados/ recebidos na IGMTSSS. Existe um circuito documental definido, sendo do conhecimento dos colaboradores as tarefas a realizar.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X		Aprovado de acordo com o legalmente exigido.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X		O plano foi monitorizado de forma sistemática e regular, tendo sido implementado medidas que previnem a ocorrência de efetivos fenómenos de corrupção no âmbito da atividade da IGMTSSS, as quais estavam previstas no plano em apreço.
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação			
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X		A fiabilidade dos sistemas de informação, nomeadamente no que se refere à salvaguarda da informação dos computadores de rede e à troca de informações e software é assegurada pelo Instituto de Informática do Ministério e através de backup's. As aplicações existentes são as disponibilizadas pelo Ministério das Finanças – GeRFIP, SRH e SIGO.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X		Os sistemas de informação financeira e de recursos humanos utilizados são disponibilizados pela Direção-Geral do Orçamento, existindo mecanismos de garantia de fiabilidade da informação.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X		Os sistemas de informação financeira e de recursos humanos utilizados são disponibilizados pela Direção-Geral do Orçamento, existindo mecanismos de garantia de fiabilidade da informação.

4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X		O circuito documental e informacional (contabilidade, orçamental, patrimonial, correspondência e processos de inspeção) encontram-se suportados por várias aplicações informáticas, existindo estatísticas mensais e de controlo da situação processual que permitem a monitorização da informação com vista à tomada de decisões. Acresce que existe informação semanal relativa à atividade inspetiva que permite um controlo rigoroso da execução das ações e a adoção de medidas sempre que se revele necessário.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X		Através do Instituto de Informática.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X		A fiabilidade dos sistemas de informação, nomeadamente no que se refere à salvaguarda da informação dos computadores de rede e à troca de informações e software é assegurada pelo Instituto de Informática e através de backup's.
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X		A fiabilidade dos sistemas de informação, nomeadamente no que se refere à salvaguarda da informação dos computadores de rede e à troca de informações e software é assegurada pelo Instituto de Informática e através de backup's.

Nota: as respostas devem ser dadas tendo por referência o ano em avaliação.

Legenda: S – Sim; N – Não; NA – Não aplicável.



Anexo IV

Questionários no âmbito do artº 62º da LEO

**Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira
do Estado**

Área		Preparado por SS	____/____/____	Ref.º
AC		Revisto por PB	____/____/____	

AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ART.º 62.º da LEO							
AC - Ambiente de controlo							
N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
AC1	Integridade e ética						
1.1	Carta de missão						
1.1.1	Está formalizada carta de missão, contrato-programa e/ou contrato de gestão com a tutela?	X					
1.1.2	Estão formalizadas cartas de missão/objectivos para os dirigentes?	X	X				
1.1.3	É efetuada a sua monitorização?	X					
1.2	Código de ética						
1.2.1	Existem evidências quanto a uma valorização de valores éticos e integridade, designadamente, a existência de:	X					
1.2.1.1	... um código de conduta formalizado?	X				As regras de conduta estão inscritas no Manual de Procedimentos da Atividade de Missão da IGMTSSS, aprovado em 07/2011 e revista em 07/2013.	
1.2.1.2	... devidamente divulgado?	X					
1.2.2	Não existem dirigentes/funcionários com acumulação de funções privadas e que prestem serviços ao próprio organismo?	X				Não se verificam situações de acumulação de funções na IGMTSSS	
1.3	Cultura organizacional						
1.3.1	Existem evidências de ações de promoção de uma cultura de controlo e de racionalidade na utilização de bens e serviços públicos?	X					
1.3.2	Existem evidências de medidas de reação e sanção a comportamentos que lesam a organização e/ou o interesse público?	X					
1.4	Gestão do risco						
1.4.1	Está criado um grupo de trabalho para esta temática?		X				
1.4.2	Existem planos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas?	X					
1.4.3	Esses planos foram enviados aos órgãos de controlo setorial do respetivo ministério (i.e. Inspeções-gerais)?			X		O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da IGMTSSS foi remetido ao Tribunal de Contas	
1.4.4	Estão definidos mecanismos de prevenção e combate à fraude e corrupção?	X					
1.4.5	O sistema de gestão de riscos integrado:	X					
1.4.5.1	...encontra-se implementado?	X					
1.4.5.2	...é feita a sua monitorização?	X				São elaborados relatórios anuais	
1.4.5.3	...é desenvolvida a sua avaliação?	X					
1.4.5.4	...são corrigidos procedimentos?	X				Se necessário	
1.4.6	Estão identificadas as diferentes fontes de risco (acidentes/perdas/fraude e corrupção):	X					
1.4.6.1	...para o cliente/utente?						
1.4.6.2	...para a Instituição (falhas de organização, segurança, etc.)?						
1.4.6.3	...para o colaborador?						
1.4.6.4	...para o fornecedor/outras intervenientes?						
1.4.7	Quanto aos riscos:						
1.4.7.1	...estão hierarquizados por frequência/gravidade?	X					
1.4.7.2	...está feita a sua quantificação?	X					
1.4.7.3	...estão identificadas as suas verdadeiras causas?	X					
AC2	Estratégia e operacionalização das atividades						
2.1	Planeamento						
2.1.1	A atividade do organismo é objeto de planeamento mediante a elaboração de:						
2.1.1.1	...planos estratégicos?	X					

Luiz
2016

Área AC		Preparado por SS <input type="text"/>	Ref.º
		Revisto por PB <input type="text"/>	

AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ART.º 62.º da LEO

AC - Ambiente de controlo


N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
2.1.1.2	...planos de atividade?	X					
2.1.1.3	...foram submetidos à respetiva tutela?	X					
2.1.2	Os planos de atividades foram elaborados de acordo com os planos estratégicos?	X					
2.1.3	São oportunamente elaborados e são consistentes com o orçamento aprovado?	X					
2.1.4	Estão adequadamente formalizados:	X					
2.1.4.1	...a missão do organismo?	X					
2.1.4.2	...os valores do organismo?	X					
2.1.4.3	...a visão do organismo?	X					
2.1.5	Os instrumentos de planeamento refletem o diploma orgânico?	X					
2.1.6	Resultaram de um processo participado?	X				É solicitada a colaboração dos colaboradores da IG para a elaboração do plano de atividades, sendo as suas sugestões analisadas e ponderadas na definição das ações integrar no mesmo.	
2.1.7	Estão divulgados (ex: site do organismo) e são reconhecidos pela organização?	X				Os planos de atividade são divulgados e reconhecidos pelos colaboradores	
2.1.8	Os planos estratégicos são objeto de revisão?	X					
2.1.9	O organismo promove a avaliação da sua actividade nos termos actualmente previstos em lei?	X					
2.1.10	Se aplicável o QUAR:						
2.1.10.1	...foi elaborado?	X					
2.1.10.2	...foi aprovado pela tutela?	X					
2.1.10.3	...está publicitado?	X					
2.3	Monitorização						
2.3.1	A atividade do organismo é objecto de monitorização mediante a elaboração de:						
2.3.1.1	...relatórios internos?	X				São efetuados reportes periódicos de monitorização	
2.3.1.2	...relatórios a organismos com competências de acompanhamento da atividade?			X			
2.3.2	O organismo desenvolve ações de inversão de desvios negativos?	X				Se necessário	
2.3.3	Relatórios de atividades:						
2.3.3.1	...são produzidos relatórios das atividades desenvolvidas?	X					
2.3.3.2	...resultam da participação das várias unidades orgânicas?	X					
2.3.3.3	...traduzem adequadamente a atividade desenvolvida no ano?	X					
2.3.3.4	...são elaborados em tempo oportuno?	X					
2.3.3.5	...estão publicitados (ex: no site do organismo)?	X					
AC3	Estrutura organizacional e sistema de informação						
3.1	Organização						
3.1.1	Organograma:						
3.1.1.1	...o organismo possui organograma?	X				O organograma encontra-se publicitado no site da IGM7333	
3.1.1.2	...este reflete corretamente a orgânica aprovada?	X					
3.1.2	A estrutura organizativa:						
3.1.2.1	...permite que o organismo atinja os objetivos de gestão definidos?	X					
3.1.2.2	...prevê um número limitado de níveis hierárquicos?	X					
3.1.2.3	...responde satisfatoriamente à evolução da atividade do organismo?	X					
3.1.2.4	...está adaptada às condições humanas e materiais do organismo?	X					

Área		Preparado por SS	___/___/___	Ref.ª
AC		Revisto por PB	___/___/___	

AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ART.º 62.ª da LEO

AC - Ambiente de controlo


N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.ª
3.2	Comunicação interna						
3.2.1	São reconhecidos e formalizados os fluxos de informação e comunicação interserviços?	x					
3.2.2	O processo de tomada de decisões está formalizado e é reconhecido pela organização?	x					
3.2.3	O processo está descentralizado?	x					
3.2.4	Existem contactos regulares entre a alta direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	x					
3.3	Sistema de informação						
3.3.1	Os circuitos de documentos:						
3.3.1.1	...estão claramente definidos?	x					
3.3.1.2	...essa definição é expressa?	x					
3.3.2	Toda a documentação entrada e saída da entidade é objeto de registo e classificação?	x				É utilizado a solução de gestão documental e processual SmartDocs	
3.3.3	Os documentos são pré-numerados e processados por computador?	x					
AC4	Delegação de autoridade e responsabilidade						
4.1	Regulamentação orgânica						
4.1.1	O diploma orgânico encontra-se integralmente regulamentado?	x					
4.2	Delegação de competências						
4.2.1	Estão definidas, formalizadas e publicitadas delegações de competências ao nível do órgão de gestão?	x					
4.2.2	A competência para autorização da despesa está claramente definida?	x					
4.3	Cumprimento de objectivos						
4.3.1	A estrutura implementada e as regras de funcionamento instituídas garantem o cumprimento dos objectivos da gestão?	x					
4.4	Cumprimento de deliberações						
4.4.1	A estrutura implementada e as regras de funcionamento instituídas garantem o cumprimento das deliberações do órgão de gestão?	x					
4.4.2	No caso de existirem órgãos colegiais é garantido o cumprimento das deliberações desses órgãos e do disposto nos respectivos estatutos?				x		
4.5	Responsabilidades						
4.5.1	Existe um reconhecimento imediato das responsabilidades, autoridade e delegação no seio do organismo?	x					
4.5.2	Existem normas de competência para cada unidade funcional?	x					
4.5.3	As tarefas/atividades de cada unidade orgânica apresentam-se descritas de forma clara e detalhada?	x					
4.5.4	As responsabilidades funcionais pela realização das diferentes tarefas, conferências e controlos orçamentais:						
4.5.4.1	...estão claramente definidas?	x					
4.5.4.2	...essa definição é expressa?	x					
4.5.5	Os processos administrativos internos, informações, despachos que sobre eles foram exarados, bem como os documentos do sistema contabilístico:						
4.5.5.1	...identificam de forma bem legível os dirigentes, funcionários e agentes seus subscritores?	x					
4.5.5.2	...a qualidade em que o fazem?	x					
AC5	Políticas de recursos humanos						
5.1	Políticas de recrutamento						

Área	 Conselho Coordenador Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado	Preparado por SS	___/___/___	Ref.º
AC		Revisto por PB	___/___/___	

AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ART.º 62.º da LEO

AC - Ambiente de controlo

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
5.1.1	Estão concebidas políticas de recrutamento?	X					
5.1.1.1	... <i>devidamente formalizadas?</i>		X				
5.1.1.2	... <i>estão implementadas?</i>	X					
5.1.2	As políticas foram desenvolvidas num quadro de equilíbrio e de rigoroso controlo:						
5.1.2.1	... <i>de acordo com o planeamento estratégico?</i>	X					
5.1.2.2	... <i>têm em conta os princípios de transparência e equidade?</i>	X					
5.1.3	Existem normas ou procedimentos que garantam a aprovação pela Direcção de todas as matérias inerentes à supervisão financeira em matéria de recrutamento?	X					
5.2	Políticas de formação					De acordo com o previsto na Lei Orgânica do MTSSS, a IGMTSSS foi objeto de reestruturação, tendo, a partir de fevereiro de 2014, as suas atribuições no domínio de recursos humanos, formação profissional nas áreas transversais, negociação e aquisição de bens e serviços, financeiro e patrimonial sido integradas na Secretaria Geral do MTSSS.	
5.2.1	Estão concebidas políticas de formação?	X					
5.2.1.1	... <i>devidamente formalizadas?</i>		X				
5.2.1.2	... <i>está implementadas?</i>	X					
5.2.2	As políticas foram desenvolvidas num quadro de equilíbrio e de rigoroso controlo:						
5.2.2.1	... <i>de acordo com o planeamento estratégico/plano de atividades?</i>	X					
5.2.2.2	... <i>têm em conta os princípios de transparência e equidade?</i>	X					
5.2.3	Existem normas ou procedimentos que garantam a interligação entre a formação e a atividade desenvolvida?	X					
5.3	Avaliação do desempenho						
5.3.1	Estão concebidas políticas de avaliação de desempenho:					A avaliação de desempenho é efetuada de acordo com os princípios definidos pelo SIADAP	
5.3.1.1	... <i>devidamente formalizadas?</i>	X					
5.3.1.2	... <i>estão implementadas?</i>	X					
5.3.2	As políticas foram desenvolvidas num quadro de equilíbrio e de rigoroso controlo:						
5.3.2.1	... <i>de acordo com os resultados da atividade desenvolvida?</i>	X					
5.3.2.2	... <i>têm em conta os princípios de transparência e equidade?</i>	X					
5.3.3	Existem normas ou procedimentos que garantam o acolhimento pela Direcção de todas as matérias inerentes à avaliação do desempenho?	X					
AC6	Controlo e supervisão						
6.1	Estrutura e funções de controlo						
6.1.1	Existe um director financeiro ou equivalente?			X		A IGMTSSS não tem chefias intermédias nesta área. Conforme foi explicitada no ponto 5.2. do questionário, as competências no domínio financeiro e patrimonial foram integradas na SGM-TSSS, e por essa via tem o apoio o diretor financeiro da SG.	
6.1.2	Auditor interno:			X			
6.1.2.1	... <i>existe auditor interno?</i>			X			
6.1.2.2	... <i>depende directamente do órgão de gestão (garantia da sua independência)?</i>						
6.1.2.3	... <i>desenvolve a sua atividade conforme o estabelecido?</i>						
6.1.3	Fiscal único:			X			
6.1.3.1	... <i>o organismo tem fiscal único (caso esteja consagrado legalmente ou previsto na sua lei orgânica)?</i>			X			

Área		Preparado por SS	____/____/____		Ref.º		
AC		Revisto por PB	____/____/____				
AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ART.º 62.º da LEO							
AC - Ambiente de controlo							
N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
6.1.3.2	...existe evidência da implementação das recomendações formuladas?						
6.1.4	Para além destes, existem outros órgãos internos com funções de planeamento, auditoria ou controlo interno:			x			
6.1.4.1	...formalmente constituídos?						
6.1.4.2	...com evidências da sua atividade?						
6.1.4.3	...com garantia de análise das suas recomendações?						
6.1.4.4	...e com evidências da sua implementação?						
6.1.5	Auditoria externa:						
6.1.5.1	...o organismo é auditado por entidades externas?	x					
6.1.5.2	...garante-se a análise das recomendações formuladas?	x					
6.1.5.3	...existe evidência da sua implementação?	x					
6.2	Procedimentos formalizados						
6.2.1	Existe um sistema de controlo interno global:			x			
6.2.1.1	...devidamente formalizado?						
6.2.1.2	...está implementado?						
6.2.2	Normas ou procedimentos que garantam a aprovação pela Direção de todas as matérias inerentes à estratégia:						
6.2.2.1	...existem?	x					
6.2.2.2	...verifica-se a sua adoção?	x					
6.2.3	Normas ou procedimentos que garantam a aprovação pela Direção de todas as matérias inerentes à supervisão financeira:						
6.2.3.1	...existem?	x					
6.2.3.2	...verifica-se a sua adoção?	x					
AC7	Prestação de contas						
7.1	Sistema de informação contabilístico						
7.1.1	Os registos e informação contabilística:						
7.1.1.1	...são adequadamente suportados e aprovados?	x					
7.1.1.2	...são objeto de revisão/supervisão?	x					
7.1.1.3	...qualquer mudança de critério a introduzir na preparação da informação financeira é submetida a aprovação de entidade competente?	x					
7.1.1.4	...a informação está disponível em tempo oportuno?	x					
7.1.1.5	...a informação está disponível de forma atualizada?	x					
7.1.1.6	...a informação permite a elaboração e acompanhamento de indicadores de gestão?	x					
7.1.1.7	...as informações contabilísticas são elaboradas mensalmente?	x					
7.1.1.8	...os saldos contabilísticos constantes dos outputs são verificados periodicamente?	x					
7.1.2	A aplicação de gestão financeira está integrada (e de forma permanente) com os demais aplicativos existentes, na disponibilização e cruzamento de informação financeira?	x					
7.2	Cumprimento dos requisitos legais						
7.2.1	Foram cumpridas as instruções do Tribunal de Contas quanto à organização e documentação das contas/conta de gerência (previstos nas instruções para os diferentes planos setoriais)?	x					
7.2.2	Os documentos de prestação de contas foram elaborados de acordo com o estabelecido pelo POCP (ou planos setoriais), ou outras normas contabilísticas aplicáveis?	x					
7.2.3	Os documentos de prestação de contas são elaborados e remetidos dentro dos termos e prazos legais:						

Área AC		Preparado por SS	___/___/___	Ref.º
		Revisto por PB	___/___/___	

AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ART.º 62.º da LEO

AC - Ambiente de controlo

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.ª
7.2.3.1	...à Tutela e ao Ministério das Finanças?	x					
7.2.3.2	...ao Tribunal de Contas?	x					
7.2.3.3	...à DGO?	x					
7.2.4	É prestada informação à DGO sobre a dívida comercial, designadamente mediante o carregamento de dados no mapa do SIGO criado para o efeito?	x					
7.2.5	Procede à prestação de informação nos termos das circulares da DGO, mantendo atualizados os dados relativos a encargos plurianuais?	x					
7.2.6	Em investimentos financeiros:						
7.2.6.1	...as participações detidas constam do mapa de imobilizações (anexo ao balanço e à demonstração de resultados e parte da documentação a remeter ao Tribunal de Contas)?			x			
7.2.6.2	...foi cumprido o dever de informação, no que respeita aos elementos que constituem o património financeiro, de acordo com as instruções aprovadas pelo Tribunal de Contas?						
7.3	Demonstrações financeiras						
7.3.1	Os documentos de prestação de contas são aprovados pelo órgão de gestão dentro dos prazos legais?	x					
7.3.2	As contas são certificadas por revisor oficial de contas?			x			
7.3.3	Nos seus pareceres, o revisor oficial de contas não tece considerações negativas sobre a fiabilidade e veracidade da informação financeira do organismo?			x			
7.3.4	Foi dado cumprimento às competências do Fiscal Único (quando aplicável)?			x			
7.3.5	No reporte mensal/trimestral da execução orçamental, existe qualidade na informação reportada nessa base periódica?	x					
7.3.6	Esse reporte periódico é acompanhado pelo relatório do órgão de gestão/fiscalização?			x			
7.3.7	O mapa de fluxos de caixa é coincidente com o mapa da conta de gerência?	x					
7.3.8	Os mapas de prestação de contas:						
7.3.8.1	...refletem de forma verdadeira e apropriada a execução orçamental da receita e despesa?	x					
7.3.8.2	...a informação é coerente com os balancetes analíticos ao nível da receita e da despesa?	x					
7.3.9	Existem responsabilidades atribuídas quanto à obtenção de informação e dados anexos à prestação de contas?	x					
7.3.10	Não se verificam erros de contabilização materialmente relevantes pela incorreta aplicação de critérios contabilísticos?	x				Não se verificam erros.	
7.3.11	Os registos contabilísticos e outros elementos utilizados na informação financeira constante da prestação de contas, resumem de forma adequada os factos económicos ocorridos ao longo do ano?	x					
7.3.12	Os mapas da execução orçamental refletem de forma fidedigna a execução orçamental do organismo?	x					
7.3.13	O organismo adota procedimentos que:						
7.3.13.1	...permitam um reporte atualizado sobre a evolução da despesa face ao orçamentado?	x					
7.3.13.2	...justifiquem desvios e/ou variações significativas?	x					
7.3.14	Foram seguidos os procedimentos relativos ao encerramento de contas:						
7.3.14.1	...na contabilidade orçamental?	x					

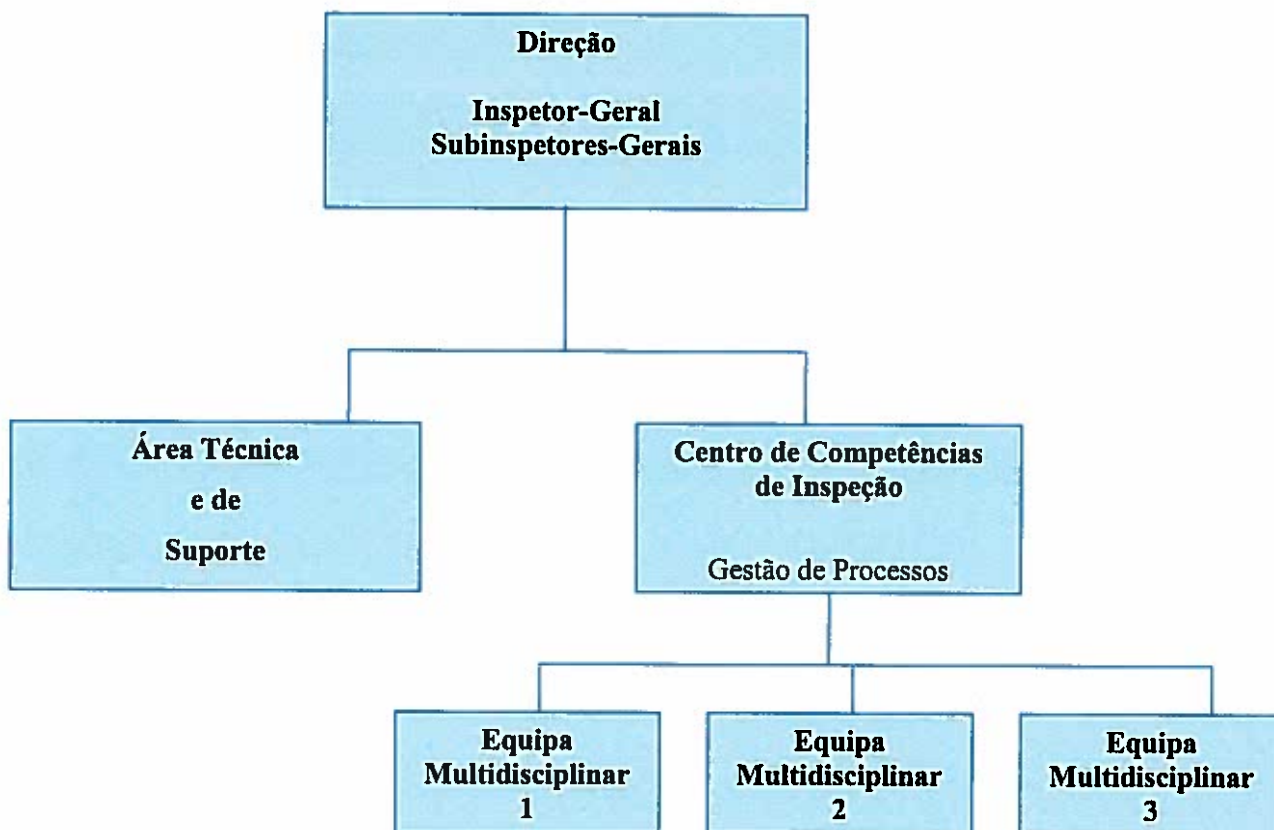
Área AC	 Conselho Coordenador Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado	Preparado por SS _____ Revisto por PB _____	Ref.º
-------------------	---	--	-------

AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ART.º 62.º da LEO

AC - Ambiente de controlo

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
7.3.14.2	...na contabilidade patrimonial?	X					
7.3.14.3	...foi efetuada a contagem física e presencial dos valores em cofre?	X					
7.3.14.4	...é utilizada a conta 118 para registo dos movimentos dos fundos de maneo da instituição?	X				O registo dos movimentos de fundo de maneo é efetuado em GerFIP	
7.3.14.5	...no final do ano é encerrada a conta 118 (restituição/regularização)?	X					
7.3.15	Foram seguidos os procedimentos relativos à abertura das contas:						
7.3.15.1	...na contabilidade orçamental?	X					
7.3.15.2	...na contabilidade patrimonial?	X					

Anexo V - Organograma 2015





Anexo VI

Plano de Atividades - Ações não concluídas



CRONOGRAMA DAS AÇÕES DO PLANO DE ATIVIDADES DA IGMTSS DE 2015

N.º de ordem	Ação	Dias	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1	Auditoria à contratação pública - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	210	EM CURSO EM 31.12.2015											
2	Auditoria à gestão das contas correntes das Entidades Empregadoras	210	PENDENTE EM 31.12.2015											
3	Auditoria à atribuição da pensão social de velhice	210	EM CURSO EM 31.12.2015											
4	Auditoria ao CSI no distrito de Lisboa	140	CONCLUÍDA											
5	Auditoria ao CSI no distrito de Braga	140	EM CURSO EM 31.12.2015											
6	Auditoria ao CSI no distrito de Évora	140	CONCLUÍDA											
7	Auditoria à atribuição de subsídios por utilização de lares com fins lucrativos	210	CONCLUÍDA											
8	Auditoria à cobrança de dívida através de perhoras	140	CONCLUÍDA											
9	Auditoria ao sistema de gestão da dívida de entidades beneficiárias de apoios concedidos pelo IEFP	150	CONCLUÍDA											
10	Auditoria ao sistema e aos procedimentos de controlo interno das operações de execução do orçamento - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego	120	EM CURSO EM 31.12.2015											
11	Auditoria ao sistema e aos procedimentos de controlo interno das operações de execução do orçamento - Centro de Reabilitação Profissional de Gaia	140	CONCLUÍDA											
12	Auditoria ao sistema e aos procedimentos de controlo interno das operações de execução do orçamento - Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul	140	CONCLUÍDA											
13	Auditoria à Medida Estimulo Emprego	200	EM CURSO EM 31.12.2015											
14	Auditoria aos apoios concedidos pela Segurança Social à Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Coimbra	210	CONCLUÍDA											
15	Auditoria aos apoios concedidos pela Segurança Social à Cruz Vermelha Portuguesa	240	NÃO AUTUADO											
16	Auditoria aos apoios concedidos pela Segurança Social à Associação Jardins Escolas João de Deus	240	EM CURSO EM 31.12.2015											
17	Ações de Acompanhamento às conclusões e recomendações formuladas em relatórios anteriores													
18	Atividade Reativa e Outra	2.840												



Anexo VII

Questionário de satisfação dos colaboradores

Questionário de satisfação para colaboradores

Inspecção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e
Segurança Social
Março 2016

Instruções de resposta ao questionário:

Este questionário versa um conjunto de temáticas relativas ao modo como o colaborador percebe a IGMTSSS de modo a aferir o grau de satisfação com esta e de motivação sobre as atividades que desenvolve.

É de toda a conveniência que responda com o máximo de rigor e honestidade, pois só assim é possível apostar numa melhoria contínua.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Este questionário é de natureza **confidencial**. O tratamento deste, por sua vez, é efetuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu **anonimato** é respeitado.

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

1. Satisfação global dos colaboradores com a organização

Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Imagem da IGMTSSS						
Desempenho global da IGMTSSS						
Papel da IGMTSSS na sociedade						
Relacionamento da IGMTSSS com os cidadãos e a sociedade						
Forma como a IGMTSSS gere os conflitos de interesses						
Nível de envolvimento dos colaboradores na IG e na respetiva missão.						
Envolvimento dos colaboradores nos processos de tomada de decisão						
Envolvimento dos colaboradores em atividades de melhoria						
Mecanismos de consulta e diálogo entre colaboradores e dirigentes						

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

2. Satisfação com a direção e sistemas de gestão

Satisfação com...		Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
		1	2	3	4	5	
Aptidão da liderança para conduzir a IG <i>(estabelecer objetivos, afetar recursos, monitorizar o andamento dos projetos...)</i>	Direção						
	Chefes de Equipa						
Aptidão da direção para comunicar	Direção						
	Chefes de Equipa						
Forma como o sistema de avaliação do desempenho em vigor foi implementado							
Forma como os objetivos individuais e partilhados são fixados							
Forma como a IG recompensa os esforços individuais							
Forma como a IG recompensa os esforços de grupo							
Atitude da IG perante a mudança e a modernização							

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

3. Satisfação com as condições de trabalho						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Ambiente de trabalho						
Modo como a IG lida com os conflitos, queixas ou problemas pessoais						
Horário de trabalho						
Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos pessoais						
Possibilidade de conciliar o trabalho com assuntos relacionados com a saúde						
Igualdade de oportunidades para o desenvolvimento de novas competências profissionais						
Igualdade de oportunidades nos processos de promoção						
Igualdade de tratamento na IG						

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					O que falta para que o seu grau de satisfação seja 5?
	1	2	3	4	5	
Política de gestão de recursos humanos existente na IG						
Oportunidades criadas pela IG para desenvolver novas competências						
Ações de formação que realizou até ao presente						
Mecanismos de consulta e diálogo existentes na IG						
Nível de conhecimento que tem dos objetivos da organização						

1 = Muito desmotivado, 2 = Desmotivado, 3 = Pouco Motivado, 4 = Motivado e 5 = Muito Motivado.

5. Níveis de motivação						
Motivação para...	Grau de Motivação					O que falta para que o seu grau de motivação seja 5?
	1	2	3	4	5	
Aprender novos métodos de trabalho						
Desenvolver trabalho em equipa						
Participar em ações de formação						
Participar em projetos de mudança na IG						
Sugerir melhorias						

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito. C= Concordo; D= Discordo

6. Satisfação com o estilo de liderança*								
Satisfação com...	Concordo	Discordo	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
			1	2	3	4	5	
A direção de topo...								
Lidera através do exemplo								
Demonstra empenho no processo de mudança								
Aceita críticas construtivas								
Aceita sugestões de melhoria								
Delega competências e responsabilidades								
Estimula a iniciativa das pessoas								
Encoraja a confiança mútua e o respeito								
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança								
Promove ações de formação								
Reconhece e premeia os esforços individuais e das equipas								
Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa								
Satisfação com...	Concordo	Discordo	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
			1	2	3	4	5	
O Chefe de Equipa Multidisciplinar...								
Lidera através do exemplo								
Demonstra empenho no processo de mudança								
Aceita críticas construtivas								
Aceita sugestões de melhoria								
Delega responsabilidades								
Estimula a iniciativa das pessoas								
Encoraja a confiança mútua e o respeito								
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança								
Promove ações de formação								
Reconhece e premeia os esforços individuais e das equipas								
Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa								

* Este quadro tem dois objetivos: serve para complementar o diagnóstico do subcritério 1.3 (Fase Executar), uma vez que questiona os colaboradores sobre a existência de um conjunto de práticas de liderança (coluna Concordo e Discordo). Por outro lado, em relação ao mesmo subcritério, avalia o grau de satisfação dos colaboradores com o estilo de liderança (Fase Rever). O resultado do tratamento dos dados relativamente a este quadro deve ser integrado no diagnóstico do subcritério 1.3.

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

7. Satisfação com as condições de higiene, segurança e equipamentos

Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Equipamentos informáticos disponíveis						
Software disponível						
Equipamentos de comunicação disponíveis						
Condições de higiene						
Condições de segurança						

Muito obrigado pela sua colaboração.



Anexo VIII

Resultados do questionário de satisfação dos colaboradores



Satisfação com...	1 - muito insatisfeito	2 - insatisfeito	3 - pouco satisfeito	4 - satisfeito	5 - muito satisfeito	Sem opinião	Questionários
1. Satisfação global dos colaboradores com a organização							
Imagem da IGMTSSS		1		8	4		13
Desempenho global da IGMTSSS			2	8	3		13
Papel da IGMTSSS na sociedade			2	8	2	1	13
Relacionamento da IGMTSSS com os cidadãos e a sociedade			2	8	3		13
Forma como a IGMTSSS gere os conflitos de interesses			2	7	4		13
Nível de envolvimento dos colaboradores na IG e na respectiva missão			1	9	3		13
Envolvimento dos colaboradores nos processos de tomada de decisão			4	8	1		13
Envolvimento dos colaboradores em actividades de melhoria			5	6	2		13
Mecanismos de consulta e diálogo entre colaboradores e dirigentes		1	3	5	4		13
2. Satisfação com a direcção e sistemas de gestão							
Aptidão e liderança para conduzir a IG (estabelecer objectivos, afectar recursos, monitorizar o andamento dos projectos...)	Direcção		2	5	6		13
	Chefes de Equipa		1	7	2	3	13
Aptidão da direcção para comunicar	Direcção	2	3	3	5		13
	Chefes de Equipa		4	4	3	2	13
Forma como o sistema de avaliação do desempenho em vigor foi implem.		1	5	4	3		13
Forma como os objectivos individuais e partilhados são fixados		2	4	4	3		13
Forma como a IG recompensa os esforços individuais		2	4	5	2		13
Forma como a IG recompensa os esforços de grupo	1	1	5	2	3	1	13
Atitude da IG perante a mudança e a modernização		1	3	5	4		13
3. Satisfação com as condições de trabalho							
Ambiente de trabalho			2	6	5		13
Modo como a IG lida com os conflitos, queixas ou problemas pessoais		1	3	5	4		13
Horário de trabalho		1	4	6	2		13
Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos pessoais		1	4	3	5		13
Possibilidade de conciliar o trabalho c/assuntos relacionados com a saúde		2	1	5	5		13
Igualdade de oportunidades para o desenvolvimento de novas competências profissionais			3	6	4		13
Igualdade de oportunidades nos processos de promoção		2	3	4	4		13
Igualdade de tratamento na IG		1	3	5	4		13
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira							
Política de gestão de recursos humanos existentes na IG			3	5	5		13
Oportunidades criadas pela IG para desenvolver novas competências		1	2	8	2		13
Ações de formação que realizou até ao presente		1	4	4	4		13
Mecanismos de consulta e diálogo existentes na IG			5	4	4		13
Nível de conhecimento que tem dos objectivos da organização			3	6	4		13
5. Níveis de motivação							
Motivação para...	1 - muito desmotivado	2 - desmotivado	3 - pouco motivado	4 - motivado	5 - muito motivado	6 - sem opinião	
Aprender novos métodos de trabalho		1	3	5	4		13
Desenvolver trabalho em equipa		1	3	4	5		13
Participar em acções de formação		1	3	5	4		13
Participar em projetos de mudança na IG			4	4	5		13
Sugerir melhorias			3	5	4	1	13



6. Satisfação com o estilo de liderança										
Satisfação com...	Concordo	Discordo	Sem opinião	O dirigente de topo...						Questionários
				1 - muito insatisfeito	2 - insatisfeito	3 - pouco satisfeito	4 - satisfeito	5 - muito satisfeito	6 - sem opinião	
O dirigente de topo...										
Lidera através do exemplo	2		11			3	5	5		13
Demonstra empenho no processo de mudança	2		11		1	2	5	5		13
Aceita críticas construtivas	2		11		1	4	3	5		13
Aceita sugestões de melhoria	1		12			4	4	4	1	13
Delega competências e responsabilidades	2		11			3	6	4		13
Estimula a iniciativa das pessoas	2		11		1	3	5	4		13
Encoraja a confiança mútua e o respeito	2		11		1	4	4	4		13
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança	2		11		1	4	4	4		13
Promove ações de formação	2		11			2	7	4		13
Reconhece e premeia os esforços individuais e das equipas	2		11		1	4	5	3		13
Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa	2		11		1	4	4	4		13
O Chefe de Equipa Multidisciplinar										
Lidera através do exemplo			13			3	2	4	4	13
Demonstra empenho no processo de mudança			13			4	2	3	4	13
Aceita críticas construtivas			13			4	4	1	4	13
Aceita sugestões de melhoria			13		1	1	5	2	4	13
Delega responsabilidades			13			4	2	3	4	13
Estimula a iniciativa das pessoas			13		1	2	3	3	4	13
Encoraja a confiança mútua e o respeito			13			5	1	3	4	13
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança			13			3	3	3	4	13
Promove ações de formação			13			4	2	3	4	13
Reconhece e premeia os esforços individuais e das equipas			13			5	3	1	4	13
Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa			13		1	4	1	3	4	13
7. Satisfação com as condições de higiene, segurança e equipamentos										
Equipamentos informáticos disponíveis						1	7	5		13
Software disponível						2	6	5		13
Equipamentos de comunicação disponíveis						2	5	6		13
Condições de higiene						4	7	2		13
Condições de segurança						2	9	2		13



Anexo IX

Ações realizadas/desenvolvidas em 2015



Anexo IX - Ponto de Situação dos Processos (Atividade Planeada)

Processo	Designação	Trabalho de Terreno a 31/12/2015	Situação a 31/12/2015	Situação a 31/03/2015
2/2014	Sindância à Associação Mutualista " União Mutualista Nossa Senhora da Conceição Montijo"	Concluído	Relatório homologado	Relatório homologado
10/2014	Auditoria à Inserção de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção - Distrito de Lisboa	Concluído	Relatório homologado	Relatório homologado
11/2014	Auditoria às Pensões Indevidamente Pagas	Concluído	Relatório homologado	Relatório homologado
13/2014	Auditoria ao Sistema e aos Procedimentos de controlo Interno das Operações de Execução do Orçamento - IEFP - Área das Despesas c/ Pessoal	Concluído	Aguarda homologação	Aguarda homologação
14/2014	Auditoria à Contratação Pública - (GFSS)	Concluído	Relatório homologado	Relatório homologado
15/2014	Auditoria à Criação do Próprio Emprego com Recurso ao Montante Global das Prestações de Desemprego	Concluído	Em elaboração relatório provisório	Relatório provisório em contraditório
16/2014	Auditoria ao Sistema e aos Procedimentos de controlo Interno das Operações de Execução do Orçamento - DGSS	Concluído	Relatório homologado	Relatório homologado
17/2014	Auditoria aos Apoios Concedidos pela Segurança Social à SCM de Oeiras	Concluído	Relatório homologado	Relatório homologado
2/2015	Auditoria à Contratação Pública - SCML	Concluído	Em elaboração relatório provisório	Em elaboração relatório definitivo
3/2015	Auditoria ao Complemento Solidário para Idosos no Distrito de Évora	Concluído	Aguarda homologação	Aguarda homologação
4/2015	Auditoria à atribuição de Subsídios por utilização de lares com fins lucrativos	Concluído	Aguarda homologação	Aguarda homologação
5/2015	Auditoria à cobrança de dívidas através de penhoras	Concluído	Aguarda homologação	Aguarda homologação
6/2015	Auditoria ao sistema de gestão da dívida de entidades beneficiárias de apoios concedidos pelo IEFP	Concluído	Aguarda homologação	Relatório homologado
7/2015	Auditoria ao Sistema e aos procedimentos de controlo interno das operações de Execução do Orçamento - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego	Em curso	Em curso	Em elaboração relatório provisório
8/2015	Auditoria ao Sistema e aos procedimentos de controlo interno das operações de Execução do Orçamento - Centro de Reabilitação Profissional de Gaia	Concluído	Aguarda homologação	Relatório homologado
9/2015	Auditoria aos Apoios concedidos pela Segurança Social à Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra	Concluído	Aguarda homologação	Aguarda homologação
13/2015	Auditoria à atribuição da Pensão Social de Velhice - ISS - IP	Concluído	Em elaboração relatório provisório	Em elaboração relatório provisório
14/2015	Auditoria ao Complemento Solidário para Idosos no Distrito de Lisboa	Concluído	Aguarda homologação	Aguarda homologação
15/2015	Auditoria ao Sistema e aos Procedimentos de controlo Interno das Operações de Execução do Orçamento- CFP da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul	Concluído	Aguarda homologação	Aguarda homologação
16/2015	Auditoria à Medida Estímulo Emprego	Concluído	Em elaboração relatório provisório	Em elaboração relatório provisório
17/2015	Auditoria aos Apoios Concedidos Pela Segurança Social à Associação Jardins Escolas João de Deus	Concluído	Em elaboração relatório provisório	Em elaboração relatório provisório
20/2015	Auditoria à Gestão das Contas Correntes das Entidades Empregadoras	Suspensão	Suspensão	Suspensão
21/2015	Auditoria ao Complemento Solidário para Idosos no Distrito de Braga	Concluído	Em elaboração relatório provisório	Em elaboração relatório provisório
24/2015	Acompanhamento das Recomendações da Auditoria efetuada aos Procedimentos de Gestão das Contribuições dos Trabalhadores Independentes	Em planeamento	Em planeamento	Em elaboração relatório provisório
sem número	Auditoria aos Apoios Concedidos pela Segurança Social à Cruz Vermelha Portuguesa	Não atuado	Não atuado	Não atuado



Anexo X

Principais deficiências detetadas - Áreas

Relatório de Análise de Risco - Anexo X - Áreas onde foram detectadas as principais deficiências

Área	Relatório														
	11/2013	14/2013	20/2013	02/2014	11/2014	13/2014	19/2014	01/2015	02/2015	03/2015	04/2015	05/2015	06/2015	16/2015	17/2015
A Aplicação das Medidas Contorno Despesa Pública no Ambiente Remuneratório - ISS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Aplicação das Medidas Contorno Despesa Pública no Ambiente Remuneratório - ICFSS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aos Aposentados pela Segurança Social à Fundação Bessara Barreto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Recomendações Audientes efetuado ao Sistema e aos Procedimentos de Controle dos Acordos Cooperação CIPSS - CD Santarém	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aquisição de Bens e Serviços - ISS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Contribuições Laborais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pensões de Sobrevivência do Regime Especial dos Trabalhadores Agrícolas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Inserção de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção - distrito de Lisboa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aos Sistemas e aos Procedimentos de Controle Interno das Operações de Execução do Orçamento - DGSS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Associação Mutualista "União Mutualista Nossa Senhora da Conceição - Monte"	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aos Aposentados pela Segurança Social à SCM Oeiras	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pensões Individuais Pagas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Contratação Pública - ICFSS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aos Sistemas e aos Procedimentos de Controle Interno das Operações de Execução do Orçamento - CRP Casa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sistema de Gestão da Dívida de Empréstimos Beneficiários de Aposentados pelo IEFP	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	11	11	5	7	7	3	7	6	10	9	4	13	6	6	3



Anexo XI

Principais recomendações formuladas - Áreas

Anexo XI - Áreas onde foram formuladas as principais recomendações

Área Auditada	Recomendações	Medidas de Controlo												
		Uniformização de Procedimentos	Melhoria Sís Informático / Informáticos	Melhoria Controlo interno	Emisadivisão de recursos legais internos	Prazos de Execução	Património/Instalações	Centralização Pública	Articulação entre Serviços	Incremento do Acoplamento	Reparação de Montanhas	Cumprimento de obrigações de reportar e outras		
A aplicação das Medidas Contenção Despesa Pública no âmbito Sistema Remuneratório - ISS	11/2013	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
A aplicação das Medidas Contenção Despesa Pública no âmbito Sistema Remuneratório - IGFSS	14/2013		X											
Aos Apoios Concedidos pela Segurança Social à Fundação Bissaya Barreto	20/2013	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Recomendações Auditadas efetuadas ao Sistema e aos Procedimentos de Controlo dos Acordos Cooperação CIPSS - CD Samarém	02/2014	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Aquisição de Bens e Serviços - ISS	11/2014	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Contradições Laborais	13/2014	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Pensões de Sobrevivência do Regime Especial dos Trabalhadores Agrícolas	19/2014	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Inserção de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção - distrito de Lisboa	01/2015	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Aos Sistemas e aos Procedimentos de Controlo interno das Operações de Execução do Orçamento - DGSS	02/2015	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Associação Mutualista "União Mutualista Nossa Senhora da Conceição - Montijo"	03/2015	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Aos Apoios Concedidos pela Segurança Social à SCM Oeiras	04/2015	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Pensões Indivíduos Fugas	05/2015	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Contratação Pública - IGFSS	06/2015				X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Aos Sistemas e aos Procedimentos de Controlo interno das Operações de Execução do Orçamento - CRP Gaia	16/2015		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Sistema de Gestão da Dívida de Entidades Beneficiárias de Apoios Concedidos pelo IEFP	17/2015	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
		9	9	13	9	3	4	6	4	4	4	9	7	



Anexo XII

Responsabilidade Social - Indicadores



ANEXO XII - Indicadores benchmarking Rede PorTodos

Área da Responsabilidade Social	Indicador	Resultado 31/12/2015	Observações
Direitos Humanos	% de colaboradores por género	56 % mulheres e 44 % homens	50 Colaboradores a 31/12/2015
	% de colaboradores em funções de chefia por género	33,3 % mulheres e 66,7 % homens	6 posições de chefia ou direção
	% de pessoas com deficiência ou incapacidade integradas nos quadros, por género *	0%	
	% de pessoas com deficiência ou incapacidade com funções de chefia, por género *	0%	
Práticas Laborais	% de trabalhadores/as com horário flexível, por género	85,7 % mulheres e 72,7 % homens	40 dos 50 colaboradores. Restantes horários (4 horários de jornada contínua e 6 isenções de horário)
	% de trabalhadores/as com horário a tempo parcial, por género	3,5 % mulheres	1 colaboradora - 2 % do global
	Taxa de absentismo por género	10,7 % mulheres e 6,1 % homens	Taxa absentismo global - 8,7 %
	Grau de concretização do plano de formação	não aplicável	
	N.º médio de horas de formação por colaborador, por género	38,7 horas formação mulheres e 31,0 horas formação homens	Média de 35,3 horas de formação por colaborador
	N.º de acordos de negociação coletiva	0	
	Taxa de concretização das consultas de medicina no trabalho	0	
	N.º de rastreios de saúde realizados	0	
	N.º de trabalhadores/as que participam nos rastreios de saúde, por género	0	
	N.º de auditorias de segurança e saúde no trabalho	0	
	N.º de ações de promoção de bem-estar (Tipo de ações que o organismo desenvolve com este objetivo, tais como workshops, ginástica, massagens, iniciativas culturais, etc.)	0	
	N.º de estagiários, por género	4 Mulheres e 1 homem	
	N.º de projetos e iniciativas que visam a promoção da conciliação da atividade profissional com a vida familiar, com indicação de quais	0	
	Ambiente	Volume de plástico separado e entregue para reciclagem (kg/a ou m³/a)	6 m3
Volume de papel separado e entregue para reciclagem (kg/a ou m³/a)		18 m3	
Volume de pilhas separado e entregue para reciclagem (kg/a ou m³/a)		0	
N.º de toners separados e entregues para reciclagem		não aplicável	
Quantidade de água consumida (m³) por utilizador/a		6,82	m3 por utilizador
Kw de energia consumidos nas instalações por utilizador/a		1593,8	Kw por utilizador
Consumo de combustíveis na frota própria (média por viatura)		433 litros	Litros por viatura (média de 5,5/100)
N.º de viaturas elétricas		0	
Práticas operacionais justas	Prazo médio de pagamento a fornecedores (dias)	12,0	
Comunidade	Rácio de participação em campanhas de doação sangue (n.º de colaboradores/as que participaram/n.º total de colaboradores/as)	0%	
	N.º de campanhas de solidariedade em que o organismo participou/organizou	1	
	Volume de bens angariados e distribuídos (Kg ou m³) - bens alimentares - roupa - sapatos - brinquedos - livros e material escolar - equipamento	64	Bens alimentares e produtos de higiene
	N.º de protocolos/partnerias estabelecidos com partes interessadas	0	
	N.º de horas de voluntariado organizacional por colaborador/a	0	

* São considerados pessoas com deficiência ou incapacidade todos/as os/as colaboradores/as com % de incapacidade igual ou superior a 60%



Anexo XIII

Balanço Social

(em volume próprio)



Anexo XIV

Ações de formação 2014



**AÇÕES DE FORMAÇÃO
ANO: 2015**

Áreas de Formação (1)	Designação das Ações	N.º de horas por Ação	N.º de Participações	Volume de Formação	Entidade Formadora	Custos
90	Relacionamento Interpessoal	25	1	25	SGMTSSS	
344	Gestão de Recursos Orçamentais e Materiais	21	3	63	SGMTSSS	
	Sistema de Normalização Contabilística	25	23	575	IEFP	
345	Sessão de esclarecimento - Novas Funcionalidades na Segurança Social Direta	3	4	12	ISS	
	10º Encontro Temático MESS-Ética, Gestão Pública e Prevenção dos Riscos de Corrupção	4	17	68	SGMTSSS	
	11º Encontro Temático MESS-Planeamento e Estratégia nas Organizações Públicas	4	3	12	SGMTSSS	
	1º Encontro de Responsabilidade Social do MESS	5	13	65	SGMTSSS	
	12º Encontro Temático - Como melhorar a comunicação interna no MESS	4	1	4	SGMTSSS	
	2ª Conferência Anual de Serviços Partilhados e Compras Públicas	7	3	21	ESPAP/DC	
	Gestão de Projetos	18	1	18	STE	
380	Código do Procedimento Administrativo	14	8	112	SGMTSSS	
	Código do Procedimento Administrativo - Aspectos Práticos	14	7	98	SGMTSSS	
	Novo código do procedimento administrativo	18	3	54	STE	
	Contratos Públicos	7	3	21	Centro Estudos Judiciais	75
	Código dos contratos públicos na aquisição de bens e serviços	21	1	21	STE	
	Regime de Férias, Faltas e Licenças	18	1	18	STE	
862	Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	25	22	550	IEFP	
	Evacuação de Edifícios - normas do Plano de Emergência Interno	4	3	12	SGMTSSS	
	Segurança e saúde no trabalho	18	1	18	STE	

Áreas de Formação:

090 - Desenvolvimento Pessoal
344 - Contabilidade e Fiscalidade
345 - Gestão e Administração

380 - Direito
862 - Segurança e Higiene no Trabalho

118

1767

75